



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



Caroline Louise Gomes Dias

**Mulher e política: trajetória de deputadas na câmara brasileira
(2010-2017)**

**Dourados - MS
Fevereiro de 2018**

Caroline Louise Gomes Dias

**Mulher e política: trajetória de deputadas na câmara brasileira
(2010-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Dra. Katiúscia Moreno Galhera.

**Dourados - MS
Fevereiro de 2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

D541m Dias, Caroline Louise Gomes

Mulher e Política: Trajetória de Deputadas na Câmara Brasileira
(2010-2017) / Caroline Louise Gomes Dias -- Dourados: UFGD, 2018.

101f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Katiuscia Moreno Galhera

TCC (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito e Relações
Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Gênero. 2. Política. 3. Feminismo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 06 de Fevereiro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Direito o (a) aluno (a) **Caroline Louise Gomes Dias** tendo como título "**Mulher e Política: Trajetória de Deputadas e Senadoras no Congresso Brasileiro (2010-2017)**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dra. Katiúscia Moreno Galhera (orientador/a), Me. Tchella Fernandes Maso (examinador/a) e o Dra. Simone Becker (examinador/a).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) aprovada.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Dra. Katiúscia Moreno Galhera
Orientador/a

Me. Tchella Fernandes Maso
Examinador/a

Dra. Simone Becker
Examinador/a

DEDICATÓRIA

Ao grande amor da minha vida, minha mãezinha, que é meu modelo de superação e exemplo de ser humano, que em meio a tantas dificuldades e sem oportunidade de estudo, motivou-me a ler e escrever, ensinando-me a viver e lutar nesta sociedade com tanta desigualdade. A senhora concedo todo meu amor, carinho e gratidão.

Às mulheres que cotidianamente enfrentam as desigualdades e lutam na defesa dos direitos iguais entre homens e mulheres, em prol de uma sociedade justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar ao meu lado, protegendo-me em todas as fases da minha vida. À toda minha família pelo amor incondicional. Aos meus pais, Fatima Gomes e Genivaldo Dias, que com tantos sacrifícios ofertaram-me uma educação digna.

Ao meu pai, obrigada pelo apoio emocional e financeiro de todos estes anos, que foram essenciais para eu chegar até aqui. Aos meus irmãos, que mesmo não sabendo, são motivações e as razões da minha saudade diária.

Ao meu tio Fabiano, aproveito para agradecer pelo apoio, por todos os anos que patrocinou meus estudos, pela bondade e carinho com o qual cuida de mim. Sempre valorizarei isso e se hoje estou aqui devo muito ao senhor.

Sou grata também ao meu namorado, Lukas Monteiro, pelos conselhos, amor e incentivo que me trouxeram tranquilidade e otimismo durante este processo, sendo meu grande companheiro na ansiedade para o desenvolvimento desta monografia.

Agradeço também, aos (às) meus (minhas) amigos (as), que ficaram na torcida para a monografia ser executada.

Agradecimentos infinitos à minha orientadora, Katiuscia Galhera, que aceitou caminhar comigo nesta fase. Agradeço por toda paciência, dedicação e indicações para leitura.

Às deputas Simone Nassar Tebet (PMDB), Grazielle Salgado Machado (PR), Dione Marly Gandolfo Hashioka (PSDB), Manuela Pinto Vieira D'Ávila (PCdoB), Stela Beatriz Farias Lopes (PT), Liziane Bayer da Costa (PSB), Maria do Rosário Nunes (PT), Yeda Rorato Crusius (PSDB) e Flora Izabel Nobre Rodrigues (PT) que se prontificaram com toda atenção e dedicação em responder o questionário sobre mulher e política. Agradeço a cordialidade na transmissão do vasto conhecimento sobre política e igualdade.

A atual legislatura da Câmara dos Deputados é a mais conservadora do período democrático, ser deputada neste contexto é atuar em um ambiente hostil, no qual muitos parlamentares nos desrespeitam, buscam interditar nossa participação, e por vezes até mesmo caçam nossa fala. O machismo se faz presente quando o que dizemos é desconsiderado ou diminuído por meio de piadas, e em uma série de atos cotidianos de que visam impor barreiras à nossa atuação política. É inaceitável, mas a verdade é que somos submetidas à humilhação pública somente por defendermos nossas ideias em mandatos que tem iguais prerrogativas constitucionais que são desrespeitadas.

Maria do Rosário Nunes.

RESUMO

Este trabalho aborda gênero e política representativa, sendo desenvolvido com o objetivo de analisar a presença de mulheres na política partidária, por meio de revisões teóricas e entrevistas realizadas com oito deputadas e uma senadora, dos estados de MS, RS e PI. Considerando que as mulheres são minorias no congresso, observou-se que o não engajamento de novas candidatas se dá pelo escasso apoio dos partidos políticos e recursos para as campanhas, assim como o não vínculo com pessoas influentes que podem favorecer a candidatura e a divulgação na mídia, que muitas vezes acaba sendo manipulada mais pelos interesses dos candidatos homens do que o das mulheres, e a influência da bancada evangélica nas decisões que concerne às causas femininas. Na contextualização da trajetória das mulheres entrevistadas, averiguou-se a importância das mesmas estarem presentes no âmbito da política partidária, pois colaboram com as questões sociais e matérias femininas, que por diversas vezes são discutidas apenas por homens.

Palavras-chave: Gênero; Política; Feminismo.

ABSTRACT

This paper deals with gender and representative politics, with the objective of analyzing the presence of women in party politics, through theoretical reviews and interviews conducted with eight MPs and one senator from MS, RS and PI states. Considering that women are minorities at the congress, it has been observed that the non-engagement of new candidates is due to the scarce support of the political parties and resources for the campaigns, as well as the non-attachment to influential people that can favor the candidacy and the media, which often ends up being manipulated more by the interests of the male candidates than the women, and the influence of the evangelical group in the decisions concerning female causes. In the contextualization of the trajectory of the women interviewed, the importance of the women's participation in the politics of the party was verified, since they collaborate with the social issues and women's issues, which are discussed on many occasions by men.

Keywords: Gender; Politics; Feminism.

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
C.	Caroline
D.	Dione
Etc.	E outras coisas
F.	Flora
G.	Grazielle
L.	Liziane
M.	Manuela
MR.	Maria do Rosário
S.	Simone
SB.	Stela Beatriz
Y.	Yeda

LISTA DE SIGLAS

CA's	Centros acadêmicos
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DF	Distrito Federal
DNA	Ácido desoxirribonucleico
ES	Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IPE	Instituto de pesquisas econômicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDV	Pedido de Demissão Voluntária
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PI	Piauí
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMEPI	Polícia Militar do Estado do Piauí
PR	Paraná
PROPESQ	Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicações
RJ	Rio de Janeiro

RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGF	Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro
UIP	União Interparlamentar Internacional
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USEM	União dos Servos Empresários

LISTA DE SIMBOLOS

% - por cento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Gráfico sobre a possível candidatura de uma mulher	20
Figura 2:	Gráfico sobre o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar.....	20
Figura 3:	Tabela sobre a relação da participação das mulheres no cargo de deputado(a) federal e deputado(a) estadual nas eleições de 2006.....	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 GÊNERO E POLÍTICA REPRESENTATIVA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A BAIXA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA	19
1.1 A falta de apoio dos partidos políticos – um dos fatores para a baixa representatividade de mulheres na política	19
1.2 Financiamento de campanha	21
1.3 A influência da mídia na política representativa	25
1.4 Percepções societárias (cultura, política e gênero)	27
1.5 A bancada evangélica: relação entre gênero	28
2 HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DAS DEPUTADAS ENTREVISTADAS - O ESTADO DA ARTE E A DESIGUALDADE NO ESTADO	31
2.1 Histórico da Senadora Simone Nassar Tebet Rocha (PMDB) – Estado do Mato Grosso do Sul.....	31
2.2 Histórico da Deputada Grazielle Salgado Machado (PR) – Estado do Mato Grosso do Sul.....	34
2.3 Histórico da Deputada Dione Marly Gandolfo Hashioka (PSDB) – Estado do Mato Grosso do Sul.....	37
2.4 Histórico da Deputada Manuela Pinto Vieira D'Ávila (PCdoB) – Estado do Rio Grande do Sul.....	39
2.5 Histórico da Deputada Stela Beatriz Farias Lopes (PT) - Estado do Rio Grande do Sul	41
2.6 Histórico da Deputada Liziane Bayer da Costa (PSB) - Estado do Rio Grande do Sul	44
2.7 Histórico da Deputada Maria do Rosário Nunes (PT) - Estado do Rio Grande do Sul	46
2.8 Histórico da Deputada Yeda Rorato Crusius (PSDB) - Estado do Rio Grande do Sul	51
2.9 Histórico da Deputada Flora Izabel Nobre Rodrigues (PT) - Estado do Piauí	52
3 ANÁLISE DOS DADOS	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	72
APÊNDICE A – Entrevista transcrita de Simone Nassar Tebet Rocha (PMDB).....	72
APÊNDICE B – Entrevista Transcrita de Grazielle Sagado Machado (PR)	75
APÊNDICE C – Entrevista Transcrita de Dione Marly Gandolfo Hashioka (PSDB) ..	79
APÊNDICE D – Entrevista Transcrita de Manuela Pinto Vieira D' Ávila (PCdoB).....	82

APÊNDICE E – Entrevista Transcrita de Stela Beatriz Farias Lopes (PT)	84
APÊNDICE F – Entrevista Transcrita de Liziane Bayer da Costa (PSB).....	88
APÊNDICE G – Entrevista Transcrita de Maria do Rosário Nunes (PT)	91
APÊNDICE H – Entrevista Transcrita de Yeda Rorato Crusius (PSDB)	96
APÊNDICE I – Entrevista Transcrita de Flora Izabel Nobre Rodrigues (PT).....	98

INTRODUÇÃO

A política partidária representativa é um espaço de poder e historicamente foi e ainda é ocupada por homens em sua maioria. De acordo com Araújo (2005), constituições como a do Império (1822-1889) e da República Velha ou Primeira República (1899-1930) não concediam o direito das mulheres em votarem ou serem votadas, desqualificando a participação feminina nas decisões políticas. Com efeito, a primeira mulher a ser eleita, Carlota Pereira de Queirós, tornou-se a primeira deputada federal brasileira, entre 1934 e 1935, o que modificou o cenário político da época e concedeu maior visibilidade aos direitos das mulheres frente as políticas públicas. (SIMILI, 2008). Portanto, se nesse período as mulheres pleiteavam o direito ao voto, nos dias de hoje elas anseiam o direito de serem votadas.

A concepção de que a mulher não tem condições de participar da política partidária fomenta a desigualdade de gênero. Por isso é importante discutir sobre esta temática em espaços públicos, visto que é inquietante saber que as mulheres seguem sendo minoria nesta esfera de poder. (ARAÚJO, 2016).

A participação plena e efetiva na política partidária, com igualdade de oportunidades para liderar em diversos ambientes e participar das decisões nestes meios, contribuem para que seja estimulada uma legislação que ascenda a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres frente aos seus direitos. Haja visto que, a democracia deve considerar a inclusão de mulheres nos processos decisórios. (BIROLI; MIGUEL, 2014).

A presente pesquisa versa sobre gênero e política representativa e seu objetivo é analisar a presença de mulheres em instâncias de representação política por meio de uma investigação da trajetória de congressistas que se engajaram na política partidária. A trajetória das deputadas entrevistadas é estudada tendo em vista realidades regionais a partir de recortes estatais. Um termômetro que se acredita ser útil para a escolha dos estados em que as deputadas foram entrevistadas, está relacionado ao total de ligações para o número 180 (Central de Atendimento à Mulher). Sendo assim, os estados do MS, RS e PI estavam entre os dez estados em que receberam mais ligações no ano de 2016, e foram estes que obtiveram respostas das deputadas. O trabalho busca compreender por meio de entrevistas com oito

deputadas e uma senadora com vertentes políticas de esquerda e direita, dos mencionados estados, a problemática de gênero por método comparativo.

A pesquisa busca fomentar o debate acadêmico sobre as razões do não engajamento de mulheres na política partidária oficial. Como parte da metodologia, este tema abrange várias investigações e informações selecionadas em revisões teóricas, com o intuito de complementar e agregar dados sobre a representatividade da mulher na política partidária, possuindo como marco teórico o feminismo interseccional, em específico o conceito de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009)¹. O conceito de divisão sexual do trabalho apregoa que há relação de poder dos homens sobre as mulheres decorrente das relações sociais baseadas na diferenciação sexual que tem, por características, a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social como a de políticos, militares, empresários e entre outras. (AVELAR, 2013).

Em à teoria interseccional a análise toma como principal questionamento o porquê de as mulheres terem menor participação que os homens na política partidária. A hipótese da pesquisa advoga que as mulheres não se engajam na política partidária oficial por causa de algumas barreiras que lhe são impostas pela sua condição de gênero, como a falta de apoio dos partidos políticos, uma vez que, desejando as mulheres se candidatarem, há falha no financiamento de campanha e na divulgação da mídia quando se trata de candidatas mulheres. De forma similar, as mulheres tornam-se menos competitivas na política partidária em razão da divisão sexual do trabalho. Argumenta-se, ainda, para o caso brasileiro, a influência da bancada evangélica nas decisões que diz respeito às minorias e no empoderamento das mulheres.

O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo trata sobre gênero e política, e apresenta o tratamento circunscrito de participação das mulheres na política partidária, analisando as causas que promovem a baixa representatividade das mulheres. Estes fatores são: falta de apoio dos partidos políticos, influência do financiamento de campanha e da mídia, análise das

¹ Embora seja mais preciso atribuir à Daniele Kergoat o conceito de consubstancialidade (as principais intersecções sociais que desembocam em desigualdades baseiam-se no tripé raça, gênero e classe), em termos recentes as autoras que produzem a partir da França têm incorporado o conceito de interseccionalidade. Neste último, marcadores sociais produtores de desigualdades são essencialmente contingentes. (CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006).

percepções societárias e interferência da bancada evangélica na representação das mulheres. Em seguida, o segundo capítulo apresenta alguns dados gerais e os elementos da trajetória de vida das mulheres congressistas no Mato Grosso do Sul e nos outros dois estados que estão sendo comparados, Rio Grande do Sul e Piauí. Começa-se analisando as influências pelos meios de comunicação e a desigualdade no processo da tentativa de construção de uma opinião pública por parte destas mulheres.

O terceiro capítulo introduz uma breve abordagem da análise de dados, que foram utilizadas para captar a consistência na afirmação de que a desigualdade de gênero influencia na trajetória das mulheres que estão na política partidária. Soma-se a isso o fato de que a elite política tradicionalmente não dá atenção à esta desigualdade e se mostra satisfeito com o mínimo de participação das mulheres.

1 GÊNERO E POLÍTICA REPRESENTATIVA: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A BAIXA REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

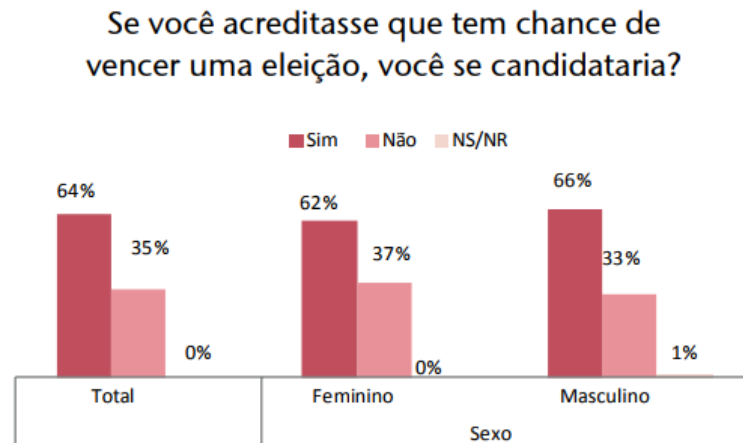
A literatura que trata de mulher, gênero e política representativa estabelece quatro grandes debates por nós identificados: o apoio dos partidos nas candidaturas de mulheres, a relação entre financiamento de campanha e gênero, mídia e representação feminina na política representativa, percepções societárias (cultura, política e gênero), e a relação entre gênero e bancada evangélica (ARAÚJO, 2005).

1.1 A falta de apoio dos partidos políticos – um dos fatores para a baixa representatividade de mulheres na política

É explícito que o eleitorado no Brasil é constituído de mais de 53% de mulheres. (GOVERNO DO BRASIL, 2016). Assim como, encontra-se na 155ª posição em relação a representatividade feminina na política partidária conforme o ranking realizado pela UIP em agosto de 2016. (PEIXOTO, 2016). A valorização da mulher nos espaços da política ainda é diminuta. Tal constatação, evidencia-se pelas dificuldades que serão enfrentadas dentro dos partidos políticos, como a falta de apoio e a acirrada competitividade com os concorrentes homens, os quais não colaboram para ampliação das candidaturas femininas (SENADO FEDERAL, 2014).

Em uma pesquisa do DataSenado, realizada no ano de 2014 com 1.091 pessoas entrevistadas, entre homens e mulheres de todo Brasil, de 16 anos ou mais, demonstraram estar dispostos a se candidatar, haja visto que o número de mulheres e homens que afirmaram possuir interesse foram próximos. Ou seja, tanto homens quanto mulheres brasileiras possuem interesse em participar da política, entretanto as oportunidades para ambos não são as mesmas. (SENADO FEDERAL, 2014).

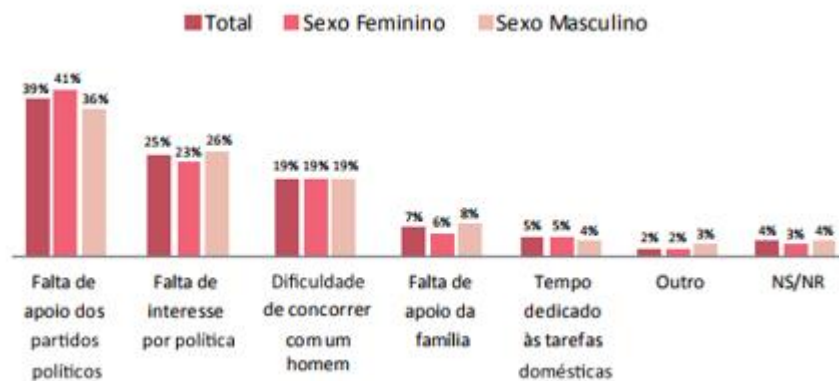
Figura 1 – Gráfico sobre a possível candidatura de uma mulher



Fonte: SENADO FEDERAL, 2014.

Além disso, evidencia-se que o principal motivo da não candidatura de mulheres na política é ocasionada pela falta de apoio dos partidos políticos, totalizando 41% das respostas. As mulheres se preocupam com as dificuldades que serão enfrentadas dentro do partido político e por este motivo acabam deixando de lado a vontade em se candidatar.

Figura 2 - Gráfico sobre o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar



Fonte: SENADO FEDERAL, 2014.

A ONU Mulher anunciou o Mapa Mundial de Mulheres na Política, um retrato de janeiro de 2017, o qual é possível verificar que na câmara dos deputados, as mulheres ocupam 55 cadeiras do total de 514. Já no Senado, as mulheres ocupam 12 cadeiras das 81 disponíveis. (ONU MULHER, 2016). Com o intuito de elevar a representatividade da mulher na política partidária, os legisladores inseriram no ano de 2012, na legislação eleitoral, a lei 9.504 de 30 de setembro de 1997 que determina

o preenchimento de cotas nas candidaturas partidárias de mulheres, na quantia de no mínimo 30% para candidatas do sexo feminino. (BRASIL, 1997).

A finalidade era alcançar a igualdade nas candidaturas e também nos recursos, utilizando o percentual mínimo de 5% do total de recursos do fundo partidário para as campanhas das mulheres. Entretanto, alguns partidos burlam estas medidas e praticam violência contra elas, já que essa destinação do dinheiro do fundo partidário para a campanha feminina acaba sendo desviada do seu propósito. (APÊNDICE G).

A cota mínima de 30% de candidatas nas campanhas não é suficiente para modificar a baixa representatividade das mulheres na política partidária, posto que, não ocorre fiscalização para combater as “candidatas laranjas”, que são selecionadas pelos partidos apenas para cumprir o preenchimento da cota e ficam sem materiais de campanha e divulgação pelo partido (APÊNDICE G).

Com base no exposto, evidencia-se a importância da PEC 134/2015, o qual busca reservar vagas para mulheres nas casas legislativas e não somente a reserva de vagas nas candidaturas, como é o caso da cota de 30%. (SENADO FEDERAL, 2015).

1.2 Financiamento de campanha

A ligação entre financiamento de campanha e gênero² é abordada, por exemplo, por Clara Araújo (2005). De acordo com a autora, a verba tende a ser decisiva em um pleito eleitoral. Desse modo, os (as) candidatos (as) com poucos recursos para suas campanhas têm, de igual forma, menores chances de se elegerem. Ainda que as mulheres desfrutassem de recursos equivalentes aos dos homens, em sistemas majoritários³ há uma rivalidade e concorrência interna no processo de seleção, sendo que a preferência é por candidaturas consideradas mais “viáveis”, favorecendo os homens. Com a discriminação das mulheres na distribuição de recursos do fundo partidário⁴, fica acentuada as desvantagens de financiamento

² Partimos do pressuposto que o processo de financiamento deve ser o mais justo e isonômico possível, impedindo a influência do poder econômico sobre o resultado das eleições (BLUME, 2015).

³ O sistema majoritário tem o como objetivo assegurar apenas a representação do (s) candidato (s) mais votado (s) em uma eleição. Sendo assim, o candidato mais votado recebe 100% da representação (NICOLAU, 2004, p.17).

⁴ De acordo com o TSE, “O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, denominado Fundo Partidário, é constituído por dotações orçamentárias da União, multas, penalidades, doações e outros recursos financeiros que lhes forem atribuídos por lei”. Uma das formas de

que elas possuem em relação aos homens, a partir de outras fontes de doações (SACCHET; SPECK, 2012).

Assim, a questão da seleção é um indicador central no processo de desfavorecimento eleitoral das mulheres. Segundo Teresa Sacchet e Bruno Wilhelm Speck (2012):

As mulheres são sub-representadas entre os candidatos, mas, uma vez selecionadas pelos partidos para integrarem as suas listas elas sofrem ainda mais desvantagem com relação aos seus concorrentes masculinos, no que concerne ao desempenho eleitoral.

Desta forma, é possível chegar à conclusão de que há desvantagem das mulheres em relação aos concorrentes masculinos nas campanhas eleitorais no que tange ao financiamento de campanha e, em consequência, ao índice de sucesso derivado de campanhas eleitorais. A tabela abaixo ilustra essa questão, ainda que para o ano de 2006 o percentual de financiamento de mulheres sobre o financiamento de homens está aquém do percentual de mulheres sobre o total de candidatos tanto para os cargos de deputado (a) federal, quanto para os cargos de deputado (a) estadual.

Figura 3 – Tabela sobre a relação da participação das mulheres no cargo de deputado federal e deputado estadual nas eleições de 2006

Cargo	Candidatos		Recursos		
	% mulheres sobre número total de candidatos		% financiamento das mulheres sobre total de financiamento de candidatos		Sub / Super-financiamento
	A	B	C	D	E = (D-B)/B
	n	%	R\$	%	
Deputado Federal	423	12,1	R\$ 29.880.535,54	7,1	-41,8
Deputado Estadual	1.128	13,8	R\$ 53.928.684,19	12,0	-13,3

Fonte: SACCHET; SPECK, 2006.

Sacchet e Speck (2012) analisaram as variáveis que estão correlacionadas com campanhas e expressaram a importância e a força do dinheiro nas eleições e constataram que, assim como o financiamento obtido através das empresas jurídicas, há também o patrimônio de candidatos (as). As receitas de campanha eram desiguais, pois as pessoas jurídicas são mais comuns entre candidatos do sexo masculino e o

financiamento público do sistema político ocorre através dos gastos indiretos com compensações fiscais para empresas de radiodifusão (CERVI, 2014, p.71; FUNDO, 2017).

fundo partidário tende a ser maior entre os homens. Outrossim, nos partidos onde as mulheres detêm mais recursos seus desempenhos foram melhores.

O financiamento de campanhas eleitorais também traz ao debate a pluralidade de interesses e disputas que envolvem a inter-relação entre Estado e interesses particulares.

Os autores Sacchet e Speck (2012) analisaram que:

Os recursos financeiros não influenciam apenas o resultado eleitoral, mas também o processo de definição das candidaturas. Um primeiro crivo na seleção de candidatos, ou na decisão de concorrer como tal, são os recursos financeiros, os quais podem suceder tanto da condição social dos candidatos, como da sua articulação com agentes financiadores – via de regra estas dimensões estão conectadas.

Dessa maneira, é fundamental que existam meios de intervenções nestas campanhas, visto que devem ser mais transparentes e democráticas para que haja um controle dos financiamentos. No Brasil é bastante discutida a alteração do sistema de lista (lista aberta e fechada)⁵ e a criação de um financiamento público de campanha para o controle do dinheiro que é financiado. Estes dois fatores estão ligados à questão de gênero.

O autor Emerson Urizzi Cervi (2014) relata que:

A forma como os agentes políticos captam recursos públicos ou privados, a maneira como é investido e as obrigações para prestação pública de contas sobre a aplicação do dinheiro podem ser entendidos como indicadores de quão inclusiva é o sistema político representativo (p. 53).

Ou seja, a influência do dinheiro é um fator significativo. Um exemplo são as doações de empresas jurídicas, que antes da reforma eleitoral de 2015, correspondiam às verbas para a campanha do candidato e colaboravam para o desfecho da campanha. Com isso, quanto mais recursos são fornecidos, maior é o alcance de eleitores. (CERVI, 2014).

É importante assinalar, ainda, que valores de financiamento mais expressivos costumam estar relacionados a elites econômicas que possuem recursos elevados, inclusive para o gênero feminino. Assim, as votações expressivas costumam

⁵ No sistema de lista aberta cada partido apresenta uma lista de candidatos não ordenada e o eleitor vota em um dos nomes, os votos recebidos pelos candidatos são somados e utilizados para definir o número de cadeiras conquistadas pelo partido. Sendo assim, cabe ao eleitor a definição dos nomes dos candidatos que ocuparão as cadeiras. Já no sistema de lista fechada, os partidos decidem antes das eleições a ordem em que os candidatos aparecerão na lista. Ou seja, o eleitor vota em um dos partidos e não pode manifestar a sua preferência em algum candidato da lista. As cadeiras que cada partido recebe são ocupadas pelos primeiros nomes da lista (NICOLAU, 2004, p.55).

permanecer concentradas sempre em determinadas candidatas. Consoante com Emerson Urizzi Cervi (2014, p.57): “o desequilíbrio do sistema de financiamento é capaz de “congelar” desigualdades de representação política, o que contribuiria para um enfraquecimento da confiança na democracia”.

Em outras palavras, se as doações de pessoas jurídicas fossem realmente fiscalizadas, somente pessoas físicas contribuiriam, sempre com limites. Isto quer dizer que com a doação somente das pessoas físicas ocorreria o apoio direto do (a) eleitor (a) com o (a) candidato (a). Por isto, há maiores possibilidades para as mulheres, pois são elas que atualmente usam mais esses recursos de “campanha corpo a corpo” (ARAÚJO; BORGES, 2013).

Conforme Emerson Urizzi Cervi (2014, p.68):

Nas democracias os participantes das eleições precisam ter condições equilibradas de disputa. Candidatos ou partidos que têm sistematicamente posições mais favoráveis de disputa tendem a ser mais bem-sucedidos do que outros. E esse viés acaba distorcendo as condições reais de disputa pelos cargos eletivos. Sem equidade de condições ou com condições enviesadas, há uma redução na qualidade da democracia. Portanto, não basta apenas garantir as liberdades de participação, se o exercício desse direito reproduzir na arena política desigualdades que possam existir em outras esferas da sociedade.

Por isso, é essencial o entendimento de que o problema do financiamento de campanha, inicia-se com a desigualdade gerada pela falta de regulamentação, pelos limites dos doadores lícitos, para além das percepções sociais a respeito de credibilidade masculina, e do direito à propriedade historicamente negado pelas mulheres. Dessa forma, se a legislação não estabelecer expressamente limites, alguns partidos podem contar com números muito desiguais de recursos para financiar suas campanhas eleitorais. (CERVI, 2014, p. 69).

Existem variados efeitos negativos nos critérios de distribuição, pois nos critérios atuais, grande parte dos recursos são destinados para os partidos mais expressivos, o que lhes dá proveito sobre os partidos menores. Além disso, seria interessante se os recursos do fundo partidário fossem destinados a áreas públicas em geral, que necessitam mais desse dinheiro. (CERVI, 2014).

Emerson Urizzi Cervi (2014), menciona que desde o início da regulação das finanças partidárias no Brasil, o legislador transferia para as estruturas partidárias a responsabilidade por prever os limites de contribuições.

Então, medidas como a ação pública dos movimentos das mulheres, partidários e fora deles, na época eleitoral, são essenciais e podem alterar a campanha das

candidatas. Um exemplo dessas redes de mulheres, voltadas para apoiar as candidatas em eleições, é a Emily's List nos Estados Unidos, que possui uma estratégia de fundos financeiros para mulheres. Emily's List é uma organização americana fundada por Ellen Malcolm em 1985 que busca apoiar candidatas em eleições. Um dos objetivos da organização é arrecadar dinheiro através de uma rede de doadores. A Emily's List ajudou a eleger oito novas mulheres para a Câmara dos Deputados dos EUA (Estados Unidos da América), sendo que seis delas são mulheres negras. Também elegeram o primeiro governador LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), Kate Brown, no Oregon e Susana Mendoza, que se tornou a primeira latina já eleita como inspetora estatal. (Emily's List, 2017).

A interação entre diversos fatores influencia o quadro atual da representação política das mulheres. Sobre gênero e política representativa, os sistemas proporcionais⁶ facilitam mais as eleições femininas, seguidos dos sistemas mistos⁷ e por fim os sistemas majoritários (RULE; ZIMMERMAN, 1994). Isso ocorre porque nos sistemas proporcionais, cada partido apresenta ao eleitorado sua lista coletiva de candidatos representando diversas configurações sociais. Já nos sistemas majoritários, cada partido seleciona um único candidato por distrito, sendo que sempre são escolhidos os que são “bons de voto”. Isso está relacionado aos padrões de eleição e reeleição de candidatos. Assim sendo, a prioridade eleitoral tende a ser direcionada para aqueles que já estão ocupando cargos públicos. (ARAÚJO, 2005). Desta maneira, com a implantação de listas fechadas é possível a divisão equitativa de votos, o que aumenta a presença feminina.

1.3 A influência da mídia na política representativa:

Por diversas vezes a mídia retrata as mulheres como donas do lar e deixa de lado a existência de mulheres nos serviços públicos. De tal forma que, disseminam

⁶ No sistema proporcional de lista é essencial distribuir as cadeiras de cada distrito entre os partidos. A função primordial é permitir a representação das opiniões da sociedade expressa pelos partidos políticos. Portanto, cada partido apresenta uma lista de candidatos para as eleições e a distribuição das cadeiras é feita de acordo com os votos dados em cada lista partidária (NICOLAU, 2004, p.42).

⁷ Sistemas mistos empregam questões do modelo de representação proporcional e majoritário em eleições para o mesmo cargo. Os argumentos de quem defende esse sistema são de que o sistema misto garante a representação de um grupo de parlamentares eleitos em distrito uninominais, mantendo a proporcionalidade na representação partidária. Com isso, o sistema permite uma relação mais próxima entre o eleitor e seu representante (NICOLAU, 2004, p.63).

imagens de mulheres a uma posição de subordinação. Por essa razão, a mídia tem a responsabilidade de difundir as mais diversas ocupações assumidas pelas mulheres, evitando a assimilação da sociedade por imagens deturbadadas, tais como: não sendo capazes de assumir cargos que exigem responsabilidade, comprometimento e tomadas de decisão. (CERVI, 2014).

Correlacionando a mídia com a representação feminina na política representativa, Emerson Urizzi Cervi (2014) verifica uma forte relação entre tempo de horário eleitoral no rádio e na televisão e obtenção de votos nas disputas eleitorais. Por esta razão, o horário eleitoral pode ser retratado como uma forma eficaz de organização dos partidos e financiamento de campanha majoritária ou proporcional.

A promoção e difusão da participação feminina na propaganda partidária possui um tempo de 20% que é amparado no artigo 45, inciso IV, da Lei 9.096/95, combinada com o artigo 10 da Lei 13.165/2015. No entanto, existem partidos políticos que não cumprem com o que está estabelecido na lei e exibem menos tempo na propaganda, como é o caso do PT que deveria ter usado pelo menos quatro minutos para difundir a participação política feminina, mas só empregou três minutos conforme noticiado pelo Portal G1 do Espírito Santo (PARTIDOS, 2017).

A imagem do candidato diante da sociedade é construída com a influência da mídia que auxilia na captação de votos em razão de transmitir as informações de interesse dos candidatos a um maior número de pessoas. A população recebe as informações dos discursos transmitidos e selecionam aqueles que mais lhe convém, entretanto, os selecionados não compreendem a real necessidade da população, visto que muitas vezes não se candidatam em prol da sociedade, mas em prol dos interesses pessoais que se mascaram do público. (CERVI, 2014).

À medida que os homens desfrutam de uma posição social que assegure a sua representatividade na política, as candidatas são desconhecidas socialmente e não são reconhecidas com a mesma importância dos homens. Isso ocasiona o preconceito de que mulher está restrita ao lar. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Conforme Finamore e Carvalho (2006), a mídia é desfavorável as candidaturas femininas, pois os meios de comunicação buscam destacar quem oferece apoio a questões de segurança e economia, exteriorizada como domínio do homem e, as discutidas pelas mulheres que são relacionadas a saúde e educação ficam em segundo plano.

A divulgação de discursos e imagens transmitidos pela mídia precisam ser revistos. A presença da mulher nos meios de comunicação como filmes, séries, novelas, revistas, contribuem para padronizar a imagem de submissão das mesmas. Com base nisso, deve-se modificar os estereótipos que constantemente são divulgados, pois eles podem influenciar na presença efetiva de mulheres na política partidária. (FINAMORE; CARVALHO, 2006).

1.4 Percepções societárias (cultura, política e gênero):

Nas percepções societárias (cultura, política e gênero), a desigualdade social é um caminho para explicação da baixa representatividade das mulheres na política partidária. Para Lúcia Avelar (2013), no momento histórico da ditadura militar (1964-1985), as mulheres se descobriram feministas, quando se deram conta de que as suas reivindicações não eram ouvidas pelos companheiros de luta política.

A baixa participação política das mulheres está relacionada a uma história marcada pela sua exclusão da vida pública, espaço que foi restrito aos homens, e ao seu confinamento às tarefas domésticas (SALGADO; GUIMARÃES; MONTE-ALTO, 2015). Isso se dá, ao longo da história até meados do século XX e no Brasil ocorre por consequência da reprodução de uma sociedade patriarcal.

Conforme Eneida Desiree Salgado, Guilherme Athaides Guimarães e Eric Vinicius Lopes Costa Monte-Alto (2015):

Os direitos fundamentais são um dos alicerces do Estado Democrático de Direito e devem garantir um espaço de autonomia privada e de controle do poder político. Além disso, o caráter democrático pressupõe a autodeterminação marcada pelos direitos de participação política em um modelo deliberativo onde todos os destinatários de uma decisão política devem ter a oportunidade de apresentarem seus argumentos, direta ou indiretamente.

Desse modo, é notório que muitas mulheres buscam incessantemente pela igualdade de direitos, assim como, uma representatividade maior na política partidária.

Mesmo depois da Revolução Francesa, que pregou a liberdade, igualdade e fraternidade, a condição da mulher não sofreu transformação considerável. Mesmo que elas tenham participado ativamente dos movimentos reivindicatórios, os direitos

garantidos aos homens não foram a elas estendidos (SALGADO; GUIMARÃES; MONTE-ALTO, 2015).

Desse jeito, o patriarcado, uma construção social familiar, baseada no poder do chefe de família sobre as mulheres, crianças, domésticos e escravos, enraizou-se em nossa sociedade, de forma que os direitos políticos não são disponibilizados em razão da sua condição de ser mulher. (SALGADO; GUIMARÃES; MONTE-ALTO, 2015). Por isso, há a ideia de que a natureza da mulher é inferior à do homem, porque existe a ideologia dominante de que sua imagem é de fragilidade física. Já para Clara Araújo (2016), o efeito sobre o sexo ocorre quando a educação é considerada. Pois, a escolaridade associada com desigualdade, é um indicador de valores mais ou menos igualitários, sendo comprovado por várias pesquisas. Logo, mulheres que acusam menor nível de apoio à democracia tendem a ter escolaridade mais baixa.

No cenário político, não basta somente a presença da mulher entre os candidatos mantida por uma política de cotas. Para modificar a posição que ela ocupa, esta presença deve estar associada a mesma participação que tem os políticos homens que hoje são predominantes. Os paradigmas culturais e de socialização reproduzem a política como espaço predominante de homens e inibem as mulheres (MIGUEL E BIROLI, 2014). Ainda há permanência de bloqueios culturais que implicam no maior alcance da representatividade feminina na política partidária, como o pensamento machista que é a primazia do homem em nossas relações sociais.

1.5 A bancada evangélica: relação entre gênero

A busca da garantia de direitos das mulheres e da implantação das políticas de gênero no Brasil, é marcada por vários obstáculos políticos das mais variadas instâncias de poder. Em vista disso, há predominância de grupos religiosos que, por meio de sua representação política, muitas vezes atuam no movimento contrário aos que lutam pelas garantias de direito. (SCHUCK, 2013).

Em vista disso, o andamento de propostas ou programas sobre a diversidade de gênero e orientação sexual ficam de lado, caracterizando total crueldade com as minorias. Além disso, quando as mulheres que estão na política partidária tentam debater sobre estas propostas, sofrem com ataques verbais e violência psicológica. (NUNES, 2017).

Mesmo o Brasil sendo um país laico, deparamo-nos diversas vezes com discursos de ódio e propostas de leis discriminatórias, que partem de representantes políticos vinculados a igrejas cristãs. Quando vemos pronunciamentos e nos damos conta da ideologia da bancada evangélica⁸, é possível considerar que ela envolve críticas principalmente aos direitos das mulheres e LGBT, sendo que há diversos e recentes acontecimentos políticos no Brasil que não nos deixam enganar essa propagação da intolerância por parte destes representantes. (DANTAS, 2011).

Conforme divulgado no site Gospel +, a eleição para a presidência da CDHM da Câmara dos Deputados teve a indicação do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para ocupar uma das vice-presidências. Em 2013 ele foi o presidente da CDHM, causando enorme polêmica e grandes protestos populares, por pronunciamentos misóginos. Ainda, essa indicação se deu como uma manobra do Partido dos Trabalhadores (PT) para evitar que a bancada evangélica elegeesse o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), também pastor evangélico e aliado de Silas Lima Malafaia. (PASTOR, 2015).

O deputado pastor Marco Antônio Feliciano, em diversos pronunciamentos e entrevistas no decorrer do ano de 2013, difundiu um discurso racista, homofóbico e sexista. Este posicionamento está em diversos noticiários, em um deles o deputado diz que os direitos das mulheres atingem a família. (O GLOBO, 2013). O que torna isso mais assustador é o fato de que, estes discursos e propostas não partem de um único parlamentar. Outro discurso que revoltou parte da população, aconteceu em uma palestra no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, em que o deputado Jair Messias Bolsonaro prometeu acabar com todas as reservas indígenas e quilombolas caso seja eleito presidente. Alguns aplaudiram no auditório do clube, no entanto, do lado de fora, integrantes da comunidade judaica protestavam contra a sua presença no local. (THE INTERCEPT BRASIL, 2017).

Para demonstrar este grande obstáculo, também é preciso examinar o Estatuto do Nascituro, que vem a ser uma proposta legislativa elaborada e apoiada por deputados pertencentes à bancada evangélica. Esse estatuto contesta conquistas históricas do movimento feminista brasileiro, com relação aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher (SCHUCK, 2013). O Estatuto do nascituro, que pode ser

⁸ A ideologia da bancada evangélica, pauta-se em discursos que apresentam argumentos religiosos é a estratégia de ação dos congressistas evangélicos. Visto que, apoiam-se em passagens bíblicas e princípios cristãos para defender suas posições políticas. (DANTAS, 2011).

acessado pelo site da Câmara, é motivado por valores religiosos e foi elaborado pelos deputados Luiz Carlos Bassuma e Miguel Martini (2007), sendo aprovado em 2013. O projeto é o de número 478/2007 e visa estabelecer os direitos dos embriões, criminalizando casos de aborto já permitidos pela nossa legislação. Este projeto de lei viola os direitos humanos e reprodutivos das mulheres. (GOMBATA, 2013).

Uma das cláusulas que mais gera repúdio por parte do movimento feminista e das instituições promotoras dos direitos das mulheres, é a cláusula que proíbe o aborto em caso de estupro, feto anencéfalo e gravidez com risco de morte da gestante. É válido mencionar que uma das propostas elaboradas pelos deputados da bancada evangélica passou a ser chamada de “bolsa estupro” pelas feministas. Uma vez que, eles previam uma ajuda financeira as mulheres que criam os seus filhos, frutos de estupro, com a ressalva das denúncias. O que suprime o direito das mulheres em decidir sobre o próprio corpo. (SCHUCK, 2013).

Diversas mulheres morrem todos os anos por consequência do aborto clandestino, a população LGBT diariamente sofre com preconceito, violência e restrições de direitos. Tudo isso continua devido as propostas que deputados da bancada evangélica defendem, pensando somente nos valores cristãos. Essa interferência religiosa coloca em perigo o nosso estado laico, sem contar que estes representantes custeiam as campanhas patrocinadas pelas igrejas. (SCHOEMBAKLA, 2015).

Mulheres e homens são tratados de formas desiguais, pois sofrem continuamente com a discriminação de gênero, que se fortalece com orientações religiosas. Além do mais, os estereótipos de gênero são constantes e os homens exercem a política como o principal indivíduo para a construção da democracia, sendo que, as mulheres também apresentam qualidades essenciais para a liderança. (ARAÚJO, 2013).

2 HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DAS DEPUTADAS ENTREVISTADAS - O ESTADO DA ARTE E A DESIGUALDADE NO ESTADO

Com o propósito de colher informações e realizar o aprofundamento crítico sobre os elementos que podem influenciar a candidatura das mulheres que estão engajadas na política partidária, foram elaboradas entrevistas com oito deputadas e uma senadora, sendo duas deputadas e uma senadora do estado do MS, cinco deputadas do estado do RS e uma deputada do estado do PI.

O total de mulheres entrevistadas variou conforme a disponibilidade na concessão da entrevista. Inicialmente foi enviado um e-mail para cada uma, solicitando gentilmente a autorização de uma entrevista para a pesquisa sobre direito e política, mencionando que a pesquisa respeita os critérios de ética da UFGD.

Após a confirmação delas em participar da pesquisa, enviou-se 16 perguntas a respeito do perfil de cada deputada, como nome, idade, formação acadêmica, raça, obstáculos que elas vivenciaram até chegar ao cargo de deputada e senadora, posição sobre a divisão sexual do trabalho, fundo partidário, igualdade de gênero e a importância da representatividade das mulheres na política partidária.

A entrevista consiste em realizar um estudo de caso e definir se os resultados obtidos comprovam a hipótese sugerida. Ao analisar as questões formuladas, pode-se perceber certas particularidades referentes ao gênero, desigualdade, individualismo e influências de cada deputada. Também é perceptível a análise de como está nosso cenário político, visto que as deputadas entrevistadas narram diversos acontecimentos na política e o que realizaram e realizam diariamente neste âmbito.

2.1 Histórico da Senadora Simone Nassar Tebet Rocha (PMDB) – Estado do Mato Grosso do Sul

Simone Nassar Tebet Rocha, nasceu no dia 22 de fevereiro de 1970, na cidade de Três Lagoas/MS. A senadora é formada com medalha de honra ao mérito em direito, pela UFRJ e fez mestrado em direito público na PUC-SP. Foi professora de direito por 12 anos, trabalhou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul como servidora concursada, onde atuou como consultora técnica jurídica entre 1995 e 1997.

Em seguida, exerceu cargo de diretora técnica legislativa, até 2001. Em 2002, com 25.250 mil votos foi eleita deputada estadual, pelo PMDB. (APÊNDICE A).

No ano de 2004, elegeu-se a prefeita em Três Lagoas/MS, sendo a primeira mulher a governar a cidade, obtendo 66,72% dos 43.832 votos. Após quatro anos se reelegeu com uma das maiores aceitações do estado do Mato Grosso do Sul, atingindo 76% dos votos válidos. Posteriormente, em 2012 assumiu o cargo de vice-governadora do MS e em 2015, incumbiu-se ao mandato de Senadora da República, cargo ao qual foi eleita com 640.336 votos, o que corresponde a 52,61% do eleitorado de MS, cargo que ocupa até então pelo PMDB. (APÊNDICE A).

Quando questionada se precisou abrir mão de algum projeto pessoal para participar da vida política, a senadora respondeu que a carreira política não foi algo planejado previamente, pois aconteceu e a partir daí encarou o desafio. Além do mais, acredita que consegue conciliar seus interesses pessoais com a vida pública e declara que é uma pessoa recatada, simples e gosta de estar perto da família. (APÊNDICE A).

Sua mãe educou todos os filhos com certo distanciamento da política, no entanto, a senadora foi a única da família de quatro irmãos que seguiu os passos do pai, Ramez Tebet, tanto no direito, como na política. (APÊNDICE A).

A senadora relata que decidiu se tornar representante do povo porque as mulheres ainda são minoria na política e com a inserção de mais mulheres, a luta pelas causas sociais, tornam-se favoráveis, uma vez que as mesmas buscam enaltecer as minorias. (APÊNDICE A).

Sobre as dificuldades enfrentadas em sua trajetória acadêmica, pessoal e no período das campanhas políticas, a senadora conta que felizmente não passou por dificuldades que tenham marcado significativamente sua vida acadêmica, nem na trajetória política. Então, acha que o fato de se valer de conhecimento jurídico e técnico contribuiu para que as pessoas à respeitassem. (APÊNDICE A).

No que diz respeito aos obstáculos enfrentados no âmbito da política, a senadora considera que estamos vivendo um momento de anomia: “anomia institucional, pois estamos vendo um poder interferindo no outro. A classe política está sem credibilidade e este é um grande desafio. A população está descrente, decepcionada”. (APÊNDICE A).

Por essa razão, opina que as mulheres precisam reagir e mostrar para o povo que a política é importante, e não há saída fora da democracia, nem fora do que está determinado na nossa Constituição. (APÊNDICE A).

A senadora discorre que teve vários incentivadores em sua carreira e o principal deles foi o seu pai, Ramez Tebet. Além disso, entende que a influência do pai viabilizou sua trajetória, o que permitiu que as pessoas a conhecessem. Assim como, soubessem das ações que realizou quando eleita prefeita de Três Lagoas, MS e vice-governadora do mesmo estado. (APÊNDICE A).

Em relação ao futuro, a senadora acredita ser prematuro falar sobre o assunto, pois só tem cinco anos de mandato e resta um tempo razoável para se pensar nisso. No que diz respeito ao fundo partidário e como os recursos são distribuídos entre os membros do partido, os critérios objetivos e subjetivos para a distribuição, a senadora reputa que seria mais interessante questionar diretamente os dirigentes partidários. (APÊNDICE A).

No âmbito intrapartidário, a senadora relata perceber diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito as causas sociais. Com base nisso, menciona o seguinte:

As mulheres têm o olhar mais voltado para as questões sociais, para a família, para a pauta feminina. Isso não significa que também não estejam perfeitamente aptas e capacitadas a falar de economia, infraestrutura e desenvolvimento. Acredito que a diferença entre homens e mulheres é positiva. No final, não gera divisão, pelo contrário. As visões divergentes, em muitas vezes somam e são positivas para a boa política. (APÊNDICE A).

A senadora acredita que a participação de mulheres capacitadas na política é sempre bem-vinda e deve ser estimulada. Quando indagada quão importante é a presença da mulher na política partidária, a senadora explana que as mulheres fazem diferença no meio político, já que as visões diferentes de homens e mulheres podem se somar. (APÊNDICE A).

No que concerne a divisão de tarefas entre homens e mulheres, a senadora explica que:

Acho que é uma tendência do mundo atual. As mulheres trabalham fora, os homens cuidam das crianças e vice-versa. No mercado de trabalho estamos vendo cada vez mais mulheres atuando em profissões que anos atrás eram majoritariamente masculinas. Da mesma forma que os homens também estão assumindo papéis que no século passado eram exclusivos das mulheres. Faz parte da evolução. (APÊNDICE A).

Ademais, menciona que as mulheres ainda sofrem com os baixos salários em comparação com o dos homens, dupla jornada, preconceito, violência doméstica e entre outras situações, os quais precisam ser combatidos com veemência. Mas aos poucos, explica a deputada, no seio familiar e na sociedade, determinados padrões estão sendo quebrados e as relações entre homens e mulheres estão se tornando mais igualitárias. (APÊNDICE A).

Nos afazeres domésticos, a senadora ajuda no básico, mas conta que não tem muito tempo, pois a vida é corrida entre Brasília/DF e Campo Grande/MS e no seu tempo livre procura priorizar o convívio com a família. (APÊNDICE A).

Para atingir a igualdade de gênero, a senadora alude que é difícil, mas com luta, conscientização, educação e mudança na cultura machista, é possível, pois já conquistamos muito e o caminho é certo, no entanto, precisa de perseverança para ser alcançado. Ao final, a senadora é indagada se já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político, alega que não, porque sempre procurou trabalhar duro e com muita responsabilidade e segurança, isso fez com que as pessoas a respeitassem. (APÊNDICE A).

2.2 Histórico da Deputada Grazielle Salgado Machado (PR) – Estado do Mato Grosso do Sul

Grazielle Salgado Machado, nasceu no dia 12 de dezembro de 1980, em Campo Grande/MS, é filha de Londres Machado e Ilda Salgado Machado, mãe de Giovanna e Gabriel. A deputada é graduada em comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda e pós-graduada em comunicação corporativa pela UGF, RJ. (APÊNDICE B).

Simultaneamente à atividade parlamentar, foi empresária no ramo de comunicação como diretora da Revista Ímpar e da empresa Graff, Gráfica e Editora. Durante 3 anos conciliou a função de professora universitária no corpo docente da Universidade Anhanguera Uniderp, tendo sido avaliada como a melhor professora da instituição, no ano de 2015. (APÊNDICE B).

Na política, elegeu-se como vereadora de Campo Grande, MS no ano de 2004, com 6.273 votos, foi eleita e reeleita como vereadora em 2008 e 2012 no mesmo

município. Em 2014, tornou-se a mulher mais votada na história de MS, com 39.374 votos. (APÊNDICE B).

A política sempre fez parte da vida de Grazielle Salgado Machado, pois cresceu com seu pai e mãe neste âmbito, portanto, viveu a política desde o nascimento e logo cedo quis fazer parte dela. A deputada chegou a cursar medicina por quatro anos, mas desistiu do sonho de ser médica para se dedicar àquilo que acredita ser sua vocação desde que nasceu, e também por isso, em 2016 teve que abrir mão de ser professora universitária. (APÊNDICE B).

Quando deixou o curso de medicina, a deputada veio para Campo Grande/MS e começou a coordenar as campanhas políticas do seu pai, principalmente a parte de publicidade e marketing. Assim, antes de se candidatar a vereadora por Campo Grande, MS, a deputada trabalhou numa revista local e criou a Revista Impar, a qual dirigiu por aproximadamente 10 anos juntamente com uma gráfica. (APÊNDICE B).

Após se eleger, a deputada suspendeu a edição da revista, pois precisava se ausentar de Campo Grande, MS semanalmente, e por vezes saía da revista as 23 horas, e como é mãe de duas crianças, não conseguia conciliar o seu tempo. (APÊNDICE B).

A deputada cresceu vendo seus pais lutarem pelo estado do MS. Assim, a política era o assunto da casa, e de acordo com a deputada, tudo sempre girou em torno disso, o que passou a ser parte da sua formação. “Eu participava de cada luta, de cada vitória, então não foi bem uma decisão, era algo que já estava em mim, no meu cérebro, nas minhas veias, digamos no meu DNA.”. (APÊNDICE B).

Sobre as dificuldades que a deputada enfrentou em sua trajetória acadêmica, pessoal e no período das campanhas, considera ter sido uma estudante dedicada, mas em alguns momentos teve que contar com a compreensão dos professores e dos colegas, porém, nunca deixou de participar de trabalhos, provas ou quaisquer outras exigências acadêmicas. (APÊNDICE B).

Os obstáculos enfrentados pela deputada consistem em fazer um mandato representativo e republicano, tentando ouvir a maior quantidade de pessoas possíveis para atender a demanda não só dos que votaram nela, mas também de toda a população sul-mato-grossense. (APÊNDICE B).

Grazielle Salgado Machado ainda menciona:

Fora os desafios do mandato em si, é importante ressaltar que o cenário político atual não é favorável, pois enfrentamos uma criminalização da política onde uma maioria de pessoas veem a maioria dos seus representantes como pessoas de má-fé. (APÊNDICE B).

A deputada acredita que precisamos conscientizar as pessoas sobre a verdadeira atribuição de um deputado estadual, que é legislar e fiscalizar, tendo em vista que muitos indivíduos ainda acham que os deputados são parte do poder executivo, que é quem efetivamente tem o dever de realizar obras e fazer chegar na população serviços públicos de qualidade. (APÊNDICE B).

Sobre seu incentivador na carreira política, a deputada destaca o seu pai, Londres Machado, que teve onze mandatos consecutivos como deputado estadual do MS e sua mãe, Ilda Salgado Machado, que foi prefeita da cidade de Fátima do Sul, MS por dois mandatos. (APÊNDICE B).

A deputada construiu seu trabalho e imagem nos doze anos como vereadora por Campo Grande, MS, onde participou da mesa diretora ocupando a segunda vice-presidência da Câmara de Vereadores, a presidência da Comissão de Saúde e Assistência Social e foi membro da Comissão de Segurança Pública. Similarmente, foi eleita por unanimidade pelos colegas vereadores para ocupar a cadeira da primeira secretária da Câmara, tendo a responsabilidade de administrar as finanças da casa. Isso foi um grande aprendizado de como legislar e continuar na vida pública. Quanto a continuidade como deputada, relata que o povo é quem vai decidir. (APÊNDICE B).

Em relação ao fundo partidário, a deputada explica que ele é regido pela Lei Federal nº 9.096/95 e estabelece critérios de constituição e aplicação dos recursos provenientes das dotações orçamentárias da União, bem como de multas, penalidades e doações. Além do mais, deixa claro que o fundo partidário é distribuído ao partido que tenha registrado seu estatuto no TSE. (APÊNDICE B).

No âmbito intrapartidário, a deputada percebe que as mulheres participam pouco da vida política, pois esta exige tempo e dedicação, haja vista que entre os 24 deputados estaduais do MS, apenas 3 são mulheres. Quanto a participação de base, a deputada explica que tem percorrido o MS, reunindo mulheres, criando o "PR Mulher" e incentivando a participação delas. (APÊNDICE B).

Para a deputada, o empoderamento da mulher é fundamental para que ela se sinta participante do processo, das decisões e dos destinos do nosso povo e isso com certeza reforça sua autoconfiança. (APÊNDICE B).

Quanto a importância da presença feminina na política partidária, a deputada considera não só importante, mas fundamental, pois precisamos provocar nas mulheres o desejo de participar da vida pública, uma vez que, a mulher tem um olhar e uma sensibilidade diferenciada dos homens e conseqüentemente conseguem executar a política de uma forma mais humanizada e criteriosa. (APÊNDICE B).

A deputada concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres e menciona que é uma prática comum em sua casa. “Crio meus filhos com obrigações para que aprendam desde cedo que homens e mulheres são iguais e como tal, tem direitos e deveres”. (APÊNDICE B).

Ainda, embora tenham assistentes em casa, a deputada juntamente com seu esposo, conciliam os serviços. A deputada acha difícil atingirmos a igualdade de gênero, porque a mulher sempre terá mais responsabilidades e tarefas no geral. Exemplifica que no trabalho, assim como na política temos um longo e árduo caminho pela frente. (APÊNDICE B).

Quando questionada se já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político, declara que não, já que sempre teve o respeito e consideração dos colegas vereadores, deputados e da população. (APÊNDICE B).

2.3 Histórico da Deputada Dione Marly Gandolfo Hashioka (PSDB) – Estado do Mato Grosso do Sul

Dione Marly Gandolfo Hashioka, nasceu no dia 23 de junho de 1957, ex-deputada estadual por MS, formada em odontologia pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba, UNESP, integrou clubes de serviços e movimentos de sua igreja e foi a segunda secretária da mesa diretora da Assembleia Legislativa de MS. (APÊNDICE C).

No momento em que saiu para a campanha, a deputada estava reformando seu consultório para atuar na área de cirurgias de implante dentário, mas com a vitória na eleição para deputada estadual, teve que abrir mão da profissão em que se dedicou por um período de 27 anos para assumir uma cadeira. (APÊNDICE C).

A deputada conta que nunca teve pretensões políticas, mas aceitou o desafio pensando em ajudar a população. Além disso, a deputada não tem lembranças de dificuldades em sua trajetória pessoal e no período das campanhas, e sim desafios.

Depois de formada trabalhou por dois anos em um hospital e pronto socorro odontológico em Presidente Prudente, SP, após isso se casou em 1981 e no mesmo ano foi embora para Nova Andradina, MS. (APÊNDICE C).

Por onze anos viajou todos os dias para Batayporã, MS, onde era funcionária pública estadual no centro de saúde e realizava atendimentos particulares em seu consultório. Entretanto, com a possibilidade de PDV do estado e aprovação no concurso de Nova Andradina, MS. Quanto às dificuldades relacionadas às campanhas, a ex-deputada explica que enfrentar o microfone foi uma delas, além de participar de muitas reuniões e viagens aos municípios do estado de MS. (APÊNDICE C).

Para a deputada, os obstáculos enfrentados diariamente na política são muitos, um deles foi em razão dos seus dois mandatos serem no legislativo, o qual o poder de decisão não estava em suas mãos. Ainda, os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais, foi a possibilidade de representação feminina na política partidária, até então sem uma representante por MS (APÊNDICE C).

Sua grande incentivadora foi a ex-senadora e ex-conselheira do TCE, Marisa Serrano. Além do fato de ter sido uma primeira-dama presente em um mandato exercido por seu esposo. Quanto aos novos projetos, a ex-deputada pretende se candidatar novamente à deputada estadual. Sente que sua região ficou carente de representatividade, principalmente em relação a representação estadual. (APÊNDICE C).

Também explica que o fundo partidário é utilizado para a manutenção do diretório estadual com a finalidade de atender as demandas de encontros, formação e divulgação, sendo 5% destinado às mulheres do partido. No âmbito intrapartidário, ela percebe diferenciação entre homens e mulheres e explica que existem conversas que são deixadas para serem ditas longe das mulheres. (APÊNDICE C).

Dione Marly Gandolfo Hashioka acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança e atualmente elas já sabem que podem estar em qualquer lugar. Além do mais, considera importante a presença da mulher na política partidária, pois as mulheres fazem a diferença na política, uma vez que são comprometidas, dividem os desafios e conquistas e buscam os valores de liberdade e igualdade, o que leva a contribuição para o avanço das

políticas públicas, sendo possível exercer a cidadania em favor do coletivo. (APÊNDICE C).

Ainda, concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres e conta que possui três casas para administrar e sempre ajuda quando necessário. Em questão de igualdade de gênero, a ex-deputada afirma que para alcançá-la é preciso educarmos nossos filhos para tal, pois a educação começa em casa e continua na escola, que também está necessitando de uma nova metodologia de ensino para acompanhar os avanços. Por fim, deixa claro que nunca sofreu retaliação ou preconceito no meio político. (APÊNDICE C).

2.4 Histórico da Deputada Manuela Pinto Vieira D'Ávila (PCdoB) – Estado do Rio Grande do Sul

Manuela Pinto Vieira D'Ávila, a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre e a deputada eleita por duas vezes com maior número de votos pelo estado do RS, nasceu em Porto Alegre, no dia 18 de agosto de 1981, é filha da juíza Ana Lúcia e do engenheiro Alfredo D'Ávila e possui uma filha chamada Laura. (APÊNDICE D).

Manuela Pinto Vieira D'Ávila é filiada ao PCdoB e no ano de 2014 foi eleita deputada estadual do RS. É formada em jornalismo pela PUC-RS, também cursou ciências sociais na UFRGS, mas não concluiu o curso. (APÊNDICE D).

Sua carreira política começou no movimento estudantil em 1999 e neste mesmo ano, filiou-se à UJS. No ano de 2001 a 2003, integrou a direção nacional da UJS e a vice-presidência da UNE. (APÊNDICE D).

Foi eleita em 2004 como vereadora por Porto Alegre e em 2006 como deputada federal, sendo reeleita em 2010, no qual atingiu um número elevado de votações. Ainda em 2010, a deputada comandou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. (APÊNDICE D).

Quando questionada se abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política, respondeu que sempre temos que abrir mão de alguma coisa para participar da vida política. Em seu caso, abriu mão de fazer o mestrado e na época que se elegeu vereadora abriu mão da vida acadêmica que tinha programado e retardou o plano de ter filhos. (APÊNDICE D).

Segundo Manuela Pinto Vieira D'Ávila, a decisão de ser uma representante do povo começou na juventude, pois era o tema principal de sua época. A deputada conta que sempre trilhou e seguiu seus próprios ideais. (APÊNDICE D).

Sem um grande incentivador, a deputada necessitava de um mandato político, pois teria uma maior possibilidade de alcançar seus objetivos, já que em 2004 quando ingressou na política como vereadora por Porto Alegre, RS, essa era uma bandeira a qual não havia nenhum mandato direcionado para ela. (APÊNDICE D).

Entre as dificuldades que a deputada enfrentou em sua trajetória acadêmica, pessoal e no período das campanhas, relata ser o peso em se tornar uma figura pública, pois, este fato transforma completamente a vida de uma pessoa. (APÊNDICE D).

Além disso, menciona:

Além de ser muito jovem e mulher, havia, e ainda há, um grande controle que a sociedade exerce na vida das mulheres que são figuras públicas. Às vezes as coisas não acontecem no tempo que queremos, há ainda muita burocracia e muitos trâmites legais pelos quais os processos passam. Muitos atuam por interesses próprios, sem pensar no bem da população como um todo, e isso acaba prejudicando os trabalhos. (APÊNDICE D).

Ainda, confessou já ter sofrido preconceito e retaliações, já que ocupou mandatos em níveis municipal, federal e agora estadual. Declara também, que existe sim, muito preconceito contra as mulheres. (APÊNDICE D).

Quando questionada se percebeu alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais e agendas legislativas no âmbito intrapartidário, a deputada revela que o PCdoB é um partido em que um dos princípios é a igualdade. Por isso, o tratamento é o mesmo para todos: homens, mulheres, gays, pobres e negros. Destaca que o PCdoB é o único partido presidido por uma mulher nacionalmente. (APÊNDICE D).

Uma maior representatividade de mulheres na política é uma das principais bandeiras sustentadas pela deputada. De acordo com a deputada, atualmente as mulheres são 52% da população brasileira e 53% do eleitorado, mas na Câmara dos Deputados as mulheres são apenas 9%, e no Senado Federal, 14%. A deputada enfatiza que a representatividade das mulheres na política ainda é muito baixa, então quanto mais mulheres nos poderes públicos, melhor. (APÊNDICE D).

A respeito da divisão de tarefas entre homens e mulheres, a deputada é totalmente a favor, pois os direitos e deveres precisam ser iguais. Deste modo, defende que:

Desde pequenas, as crianças devem ser orientadas e educadas a respeito disso. Se queremos que homens e mulheres tenham equiparidade de salários e cargos nos locais de trabalho, também lutamos para que essa igualdade seja também levada em consideração nos trabalhos domésticos, por exemplo. (APÊNDICE D).

Quando se trata de sua casa, Manuela Pinto Vieira D'Ávila diz que tem o costume de fazer as tarefas domésticas, no entanto, junto com o marido dividem as responsabilidades. A respeito de como é possível atingir a igualdade de gênero, a deputada julga que o Brasil ainda é um país muito atrasado a respeito desse tema e acredita que com muito diálogo, políticas públicas e educação das crianças desde pequenas, este quadro pode ser revertido. (APÊNDICE D).

Por fim, a deputada cita que entre os seus principais projetos está o transporte para estudantes no valor de meia passagem todos os dias da semana, meia entrada para os eventos culturais e garantia de creches para as jovens mães. Além do mais, assume políticas públicas para orientar e dar apoio sobre a gravidez na adolescência, uma vez que é um tema que acredita ser de muita relevância, tanto em Porto Alegre, RS como no âmbito nacional. (APÊNDICE D).

2.5 Histórico da Deputada Stela Beatriz Farias Lopes (PT) - Estado do Rio Grande do Sul

Stela Beatriz Farias Lopes, nasceu no dia 22 de novembro de 1964, é licenciada em história e pós-graduada em gestão pública, começou sua militância através dos trabalhos exercidos nas pastorais da igreja católica que frequentava nos bairros e vilas mais pobres de Alvorada, RS e Zona Norte de Porto Alegre, RS. Após concluir os estudos, fez concurso e passou a dar aulas de história. Logo ingressou no 22º Núcleo do CPERS e foi eleita para a direção. (APÊNDICE E).

Em seguida, a pedido das companheiras professoras, colocou seu nome para concorrer e foi eleita a primeira vereadora do PT em Alvorada, RS. Exerceu um mandato e na eleição seguinte se candidatou a prefeita, sendo eleita e reeleita com expressiva votação. Da prefeitura saiu para se eleger deputada estadual, o qual

também foi eleita e reeleita. Logo depois, recebeu o convite para assumir a Secretaria da Administração e Recursos Humanos do Governo do Estado na gestão de Tarso Genro. (APÊNDICE E).

A deputada foi reeleita para o terceiro mandato como parlamentar e na atual legislatura criou a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa, sendo a primeira mulher a assumir a liderança da bancada do PT. (APÊNDICE E).

Quando questionada se já abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política, a deputada descreve que abriu mão de vários projetos e ao longo de sua trajetória conheceu pessoas interessantes de diversas áreas e atividades, que lhe inspiraram. Além disso, conta que ainda quer explorar, por exemplo, a fotografia, pois tem pretensões de fazer mestrado em psicologia social na UFRGS e também quer aprofundar o conhecimento sobre os fitoterápicos. (APÊNDICE E).

No que se refere a decisão de ser uma representante do povo, a deputada narra que não foi bem uma decisão dela, em geral a decisão partiu de coletivos dos quais fez parte. Como professora, vereadora, prefeita e deputada, a decisão sempre foi compartilhada e a indicação partiu dos grupos aos quais estava associada. Neste caso, o PT é a sua corrente interna, a esquerda democrática. (APÊNDICE E).

Em relação as dificuldades que ela enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal e no período das campanhas, foram as dificuldades comuns de quem é mulher, mãe e integrante da classe dos trabalhadores. Para a deputada, dividir o tempo entre a maternidade, atividades do lar que ainda pesam, exclusivamente sobre a mulher, são tarefas difíceis e exercendo um cargo público, o peso ainda é maior. (APÊNDICE E).

Segundo a deputada, isso gerou ausências, principalmente no que se refere ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de seus filhos. Também deixa claro que nos períodos de campanha, as dificuldades eram agravadas pela urgência e esforços para conseguir apoio, pois suas campanhas sempre foram limitadas em termos de recursos financeiros, dependendo do esforço e da dedicação da militância, mais ainda de quem era candidata. (APÊNDICE E).

Stela Beatriz Farias Lopes menciona ainda que um dos obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política é o fato de que:

Ainda que mais da metade da população seja de mulheres e tenha havido certos avanços pontuais, o ambiente político ainda é o mesmo do século 18, masculinizado, resistente a mudanças e preconceituoso. Então, a sub-

representação feminina nos espaços de poder ainda é definidora de como se dão as relações políticas. Somado a isso, faço parte de um partido que não vem das classes dominantes e tradicionais e nunca foi muito bem visto pela sociedade brasileira, que em geral, é extremamente conservadora, deseducada principal. Não é à toa que este mesmo partido foi removido do comando do país por um golpe de Estado, recentemente, depois de uma ampla campanha, caracterizada especialmente pela misoginia e o machismo. (APÊNDICE E).

Quando questionada a respeito dos possíveis incentivadores em sua carreira, a deputada reproduz que a primeira influência foi em casa, pois sua mãe Ignácia foi professora, sindicalista e à levava nas reuniões do Sindicato. Conta que tem especial lembrança da grande greve ocorrida no governo de Pedro Simon, quando acamparam na praça da matriz em Porto Alegre, RS. Por isso, relata que sua mãe, sem dúvida, inspirou e moldou seu caráter. Ademais, o ex-deputado estadual Flavio Koutzii é o responsável pela formação ideológica e política mais densa da deputada, sendo que ele à convenceu e apostou em seu nome para concorrer à prefeitura de Alvorada, RS. (APÊNDICE E).

De acordo com a deputada, há outras fontes de inspiração, principalmente outras mulheres que lhe antecederam ou são contemporâneas na vida pública. A deputada declara ter admiração, por exemplo, pelas lutadoras da Via Campesina e do MST. (APÊNDICE E).

Na entrevista, a deputada respondeu que os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais foi o apoio político dentro e fora do partido. Menciona ainda que não tem pretensões maiores do que se reeleger ao seu atual mandato, porque ainda há várias ações que precisam ser realizadas, em especial no que diz respeito às políticas públicas para as mulheres. Declara que talvez uma boa pretensão seria deixar a vida pública para abrir o caminho as novas mulheres. (APÊNDICE E).

Além do mais, sobre o fundo partidário, afirma que:

O Fundo é necessário e faz parte das conquistas da democracia e do nosso sistema eleitoral. Deveria ser a única fonte de recursos para partidos legalmente constituídos e com coeficiente nos parlamentos. Os critérios têm relação com o potencial eleitoral, quem já tem mandato e é candidato a reeleição tem certa preferência. Mas fundamentalmente tem relação com a representatividade. Quem advoga e critica o fundo partidário – que é dinheiro público – geralmente é quem defende o patrocínio privado das campanhas, uma das principais fontes de corrupção na política e de contaminação dos parlamentos por interesses particulares e privados. (APÊNDICE E).

Já no âmbito intrapartidário, a deputada percebe diferenciações entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas, entre outras, visto que todos os partidos políticos, independente da matriz ideológica, ainda preservam uma relação de gênero desigual, não apostam em formação de quadros femininos, muito menos feministas. Os partidos ainda refletem o senso comum da sociedade e a deputada também lembra que não podemos esquecer que nosso país e o estado do RS em particular, são conservadores e resistentes às mudanças. (APÊNDICE E).

No que concerne a ocupação de mulheres na política partidária, a deputada acredita que as mulheres ainda são cotidianamente desprezadas nos espaços sociais, sejam eles de poder ou não. Além disso, a deputada mencionou que é evidente que foram feitos avanços nos últimos 15 anos no país, mas assim que a direita assumiu o poder, as primeiras conquistas sacrificadas são aquelas conquistadas pelas mulheres, como ela explica, o PMDB venceu a eleição e uma das primeiras medidas foi extinguir a Secretaria de Política para as Mulheres, não precisando nem de um golpe de estado como o ocorrido em 2016. (APÊNDICE E).

A deputada deixa claro que a ocupação pelas mulheres na política partidária sem dúvida reforça o sentido do empoderamento feminino, Stela Beatriz Farias Lopes explica que não existe possibilidade de uma democracia plena sem a participação integral das mulheres em todas as instâncias. Portanto, elucida que o mínimo que um partido político deve almejar é que em seus quadros sejam divididos igualmente entre homens e mulheres, sendo este o fator fundamental da diferença no meio político. Com isso, a deputada denota que essa divisão igualitária ainda não aconteceu e nos deixa atrasados no desenvolvimento humano integral. Quando questionada se trabalha em casa nos afazeres domésticos, a deputada respondeu que sim, em especial nos fins de semana, quando tem mais tempo. (APÊNDICE E).

2.6 Histórico da Deputada Liziane Bayer da Costa (PSB) - Estado do Rio Grande do Sul

Liziane Bayer da Costa, nasceu em 24 de janeiro de 1981, é estudante de gestão pública, pastora da IIGD em Porto Alegre, RS, assumiu seu primeiro mandato como deputada estadual no dia 31 de janeiro de 2015, eleita pelo PSB com 29.121

votos em 326 municípios. É uma das apresentadoras do programa Mulheres que vencem na TV, exibido na Televisão Pampa – todas as quintas das 7h às 8h30), e antes de assumir o cargo de deputada estadual já atuava nos trabalhos da igreja, principalmente voltados as mulheres. (APÊNDICE F).

Além do mais, auxiliava seu esposo, pastor Daner Trindade, nos congressos e reuniões que realizavam pelo Brasil à frente da USEM, o qual é líder nacional. Também trabalhou na área administrativa do grupo de televisão Rit, em Curitiba, PR. (APÊNDICE F).

Segundo Liziane Bayer da Costa, nunca precisou abrir mão de algum projeto pessoal para participar da política, já que foi a partir dos seus projetos pessoais que chegou neste meio. (APÊNDICE F).

Como pastora e mulher, a deputada decidiu ser uma representante do povo, pois viu que a igreja e a família precisavam ter representantes de Deus no meio político. Com isso, seguindo os princípios cristãos, busca construir uma sociedade alicerçada nos valores espirituais, morais e éticos. As dificuldades enfrentadas em sua trajetória acadêmica, pessoal e no período das campanhas, estão relacionadas com a administração de diversas funções, pois não deixa de ser esposa, mãe, dona de casa, pastora e agora política. (APÊNDICE F).

Para a deputada, mudar o sistema político que se instalou e conscientizar o povo de que os critérios que vinham sendo adotados não são mais viáveis nos dias atuais, são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política. (APÊNDICE F).

O que incentiva a deputada é a confiança depositada nela, através de seus eleitores, sendo o povo o seu grande incentivador. O apoio, a conquista e a confiança da população são os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais. (APÊNDICE F).

Em relação ao fundo partidário e sua distribuição entre os membros do partido, a deputada conta que, como foi a primeira vez que concorreu, não sabia quais foram os critérios, mas acredita que são necessárias regras igualitárias entre todos. (APÊNDICE F).

Quando questionada se percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais e agendas legislativas, a deputada afirma que no âmbito intrapartidário não percebe nenhuma diferenciação. (APÊNDICE F).

A deputada deixa claro que a ocupação das mulheres na política partidária não reflete em sua própria autoconfiança, porque isso é uma questão emocional que precisa estar resolvida antes de ocupar qualquer cargo. Desde que assumiu seu mandato na Assembleia Legislativa, uma das bandeiras da deputada é aumentar a participação da mulher na política, pois ela percebe que precisamos falar sobre as mulheres. (APÊNDICE F).

A deputada concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres, pois foi educada nesse formato dentro de sua família, além de que, realiza todos os afazeres e acha que é possível atingir a igualdade de gênero com participação maior das mulheres desde suas bases. Por fim, acredita não ter sofrido retaliação ou preconceito no meio político e se sofreu não se deu conta. (APÊNDICE F).

2.7 Histórico da Deputada Maria do Rosário Nunes (PT) - Estado do Rio Grande do Sul

Maria do Rosário Nunes, nasceu em 22 de novembro de 1966, é pedagoga formada pela UFRGS, mestre em educação e violência infantil e doutoranda em ciência política pela mesma universidade. Iniciou sua atuação política ainda na adolescência, no movimento secundarista, e quando foi aprovada no concurso para professora, passou a militar no movimento sindical. Em ambos os casos buscava contribuir para a melhoria da educação, por meio da luta por vagas para todos, passe livre para os estudantes e valorização dos professores. Posteriormente, foi eleita vereadora por Porto Alegre, RS em 1993, pelo PCdoB e se filiou ao PT, o qual conquistou a reeleição em 1996, onde continua militando. (APÊNDICE G).

A deputada não abriu mão de projetos pessoais para participar da vida política, mas teve que construir uma forma de viver, uma rotina não tradicional quanto aos papéis que culturalmente são desenhados, como uma expectativa a respeito da mulher e mãe, na família. A deputada compartilhou tudo que diz respeito à vida pessoal com o seu esposo, tanto a maternidade, casa, sustento e entre outros. Assim, conquistou um espaço para viver como mulher, tendo várias possibilidades em lugares que outras mulheres são vetadas, como a representação política, o estudo e a relação com movimentos sociais. (APÊNDICE G).

Sua decisão de atuar na política não foi uma decisão individual, uma vez que a prioridade não era se candidatar, pois buscava a atuação em movimentos sociais, particularmente na área de educação, e se organizava na juventude do partido que à época considerou que seria importante que alguém com seu perfil, mulher, jovem, de origem popular, disputasse uma cadeira na Câmara Municipal, e assim, a deputada se candidatou. (APÊNDICE G).

As dificuldades enfrentadas em sua trajetória acadêmica, pessoal e no período das campanhas, são inúmeras. A deputada conta que exerce uma função onde o tempo é um recurso escasso e isso impacta a relação com a família e a produtividade acadêmica. Durante parte da semana, a deputada passa dias, noites e por vezes madrugadas na Câmara dos Deputados, nos demais dias, incluindo fins de semana e feriados, se dedica às agendas no RS. Ainda, precisa realizar inúmeras viagens ao longo do mandato, e não apenas no período eleitoral, então menciona que sem dúvidas nas campanhas o trabalho é mais intenso, sem folgas, mas a dificuldade de encontrar tempo para dar conta de outras esferas da vida é contínua. (APÊNDICE G).

Em relação aos obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política, a deputada relata que a atual legislatura da Câmara dos Deputados é a mais conservadora do período democrático. Desse modo, ser deputada neste contexto é atuar em um ambiente hostil, no qual muitos parlamentares desrespeitam as mulheres e buscam interditar a participação delas, por vezes até mesmo caçam a fala de algumas. (APÊNDICE G).

Além disso, Maria do Rosário Nunes relata:

O machismo se faz presente quando o que dizemos é desconsiderado ou diminuído por meio de piadas, e em uma série de atos cotidianos de que visam impor barreiras à nossa atuação política. É inaceitável, mas a verdade é que somos submetidas à humilhação pública somente por defendermos nossas ideias em mandatos que tem iguais prerrogativas constitucionais que são desrespeitadas. (APÊNDICE G).

Maria do Rosário Nunes descreve que não foi por acaso a elaboração do PL 349/15, que tipifica a violência político eleitoral como agressões físicas, psicológicas e sexuais contra mulheres mandatárias ou ainda enquanto candidata, e define tais atos como de discriminação político eleitoral contra as mulheres. Para ela, é evidente que esses obstáculos não se limitam a essas paredes, pois eles estão presentes em outras esferas. (APÊNDICE G).

Sobre os fatores para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais, a deputada acredita que o custo das eleições está cada dia mais elevado, e o acesso a recursos, não apenas financeiros, mas também o de propaganda eleitoral, por exemplo, são cada vez mais determinantes. (APÊNDICE G).

Segundo a deputada, felizmente o financiamento empresarial de campanha foi proibido, mas o regramento das doações de pessoas físicas e autofinanciamento elaborado pelo Congresso Nacional foi tão limitado que seguiu deixando ampla margem para o abuso do poder financeiro. Assim, certamente o apoio do partido, que agora acessará um fundo eleitoral, e a mobilização da base de apoio, por meio de doações de valores baixos cuja escala foi viabilizada pela regulamentação dos *crowdfundings*, financiamentos coletivos, serão determinantes. (APÊNDICE G).

A deputada está focada na eleição que disputará para o cargo de deputada federal. Já foi candidata à prefeita por Porto Alegre, RS, chefiou um ministério, mas por enquanto seu foco é na disputa que enfrentará em 2018. (APÊNDICE G).

Sobre o fundo partidário, a deputada diz que neste ponto há um problema no PT que antecede a questão de gênero: a falta de transparência das finanças e da gestão compartilhada dos recursos. No seu caso, especificamente, por já ser parlamentar, crê que recebeu um relevante apoio financeiro do partido nas últimas eleições, em função do fato de que suas candidaturas apresentavam chances reais de reeleição. Contudo, recebeu menos do que outros candidatos na mesma condição, ou até com menos chances de serem eleitos. A deputada elucida que no PT a questão de poucos recursos se dá pelo fato da pessoa não compor o grupo que há anos hegemoniza a direção do partido. (APÊNDICE G).

Maria do Rosário Nunes descreve ainda que em seu partido foi conquistado recentemente a paridade de gênero na composição das direções, mas os espaços informais de poder seguem sendo hegemonizados pelos homens, tal como o núcleo duro dirigente. Explana que, para se ter uma ideia, em 37 anos de história, o PT está sendo presidido por uma mulher pela primeira vez, e antes de Gleisi, apenas duas mulheres disputaram o mais alto comando partidário, no caso seria a própria Maria do Rosário Nunes e a ex-deputada federal Iriny Lopes. Portanto, somente duas mulheres foram líderes de bancada na Câmara ao longo do mesmo período, situações que segundo a deputada, apontam as dificuldades em afirmar mulheres em espaços de tomadas de decisão. (APÊNDICE G).

Para a deputada, no âmbito intrapartidário não existe uma diferenciação significativa entre homens e mulheres nas bases, agendas, ou pautas e sim nos espaços ocupados. (APÊNDICE G).

Quando questionada se acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança, a deputada responde que sim, razão pela qual foi defensora da paridade de gêneros para a composição das direções no PT. (APÊNDICE G).

Para a deputada, a presença da mulher na política partidária é um passo fundamental no sentido do incremento a ocupação de espaços de representação pelas mulheres, pois o partido detém o monopólio da apresentação de candidaturas e definem a alocação de recursos de campanhas, portanto, sem mulheres nos partidos, e mais precisamente nos espaços de direção dos partidos, dificilmente superaremos a vergonhosa posição que o Brasil ocupa no ranking de participação política das mulheres nos parlamentos. (APÊNDICE G).

Ademais, a deputada concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres e quando tem tempo gosta de cozinhar para a família, mas a dinâmica da sua vida não permite dar conta dos afazeres domésticos de maneira contínua. (APÊNDICE G).

Maria do Rosário Nunes acredita que é possível atingir a igualdade de gênero, mas não alcançaremos a igualdade por meio de medidas isoladas, pois esta é fruto de uma série de fatores que, combinados, perfazem o quadro de profunda desigualdade em que nos encontramos em relação aos homens. (APÊNDICE G).

A deputada argumenta que a divisão entre esfera pública e privada que separou o trabalho produtivo, realizado pelos homens, do reprodutivo empreendido pelas mulheres, o doméstico do político, mantendo as mulheres relegadas aos trabalhos mais desvalorizados socialmente e essa é a carga histórica que carregam e que se faz presente até hoje quando as mulheres passaram a ter o direito de atuar na esfera pública, sem deixar de ser quase que exclusivamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo. (APÊNDICE G).

Também alega que parte do trabalho exercido não é reconhecido, pois é visto como obrigação, sem que sequer seja preciso remuneração, e que por vezes ainda sofre desrespeitos. A deputada descreve ainda que na média recebe menos do que os homens numa mesma função, sendo que possui mais tarefas, menos tempo e menores condições financeiras. (APÊNDICE G).

Relata também que no plano institucional, a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas não funciona como deveria, haja visto que sem investimentos reais e priorização das campanhas, as cotas de gênero estabelecidas não possuem efeito. Razão pela qual defende a reserva de cadeiras para as mulheres no legislativo, aliada a uma distribuição mais equânime dos recursos públicos de campanha. (APÊNDICE G).

Ainda, aponta que a representação institucional das mulheres não é um elemento menor, pois com mais mulheres no parlamento este poderia ser um espaço privilegiado para tomarmos medidas importantes no sentido da promoção da igualdade de gênero. A deputada usa como exemplo o último período em que as mulheres parlamentares contribuíram na construção de projetos fundamentais como a Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio, a revisão na legislação sobre o estupro, que ampliou o seu escopo colaborando assim com o enfrentamento à impunidade. (APÊNDICE G).

Além disso, a deputada expõe que atualmente está inserida na legislatura mais conservadora do período democrático e mantém uma participação bastante diminuta, o que dificulta a elaboração de medidas que visem a igualdade de gêneros. (APÊNDICE G).

No que se refere a possibilidade de já ter sofrido alguma retaliação ou preconceito no meio político, a deputada esclarece que a política ainda é um espaço extremamente masculino e de cultura patriarcal, e que os ataques desferidos são distintos daqueles que são destinados aos homens. Relata ainda sofrer com ataques nitidamente machistas nas ruas, redes sociais, campanhas e no dia a dia de mandato na Câmara dos Deputados. (APÊNDICE G).

A deputada conta que não foi a primeira e infelizmente não será a última vez. Só nesta legislatura ela presenciou suas companheiras Jandira Feghali, Moema Gramacho, Jô Moraes, Alice Portugal e Vanessa Graziotin no Senado, passarem por situações similares, e antes destas, tantas outras, como Cida Diogo, que sofreram e sofrem com o machismo no exercício da função parlamentar. Por isso, expõe que em todos os casos que as agressões destinadas as mulheres mobilizam elementos sexistas no intuito de diminuí-las. (APÊNDICE G).

2.8 Histórico da Deputada Yeda Rorato Crusius (PSDB) - Estado do Rio Grande do Sul

Yeda Rorato Crusius, nasceu em 26 de julho de 1944, é formada em economia pela USP, pós-graduada pelo IPE da USP e pela Universidade Vanderbilt. A deputada começou sua carreira acadêmica em Porto Alegre, RS e deu aula na UFRGS, onde atuou como uma das primeiras diretoras da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. (CRUSIUS, 2014; APÊNDICE H).

Foi presidenta nacional do Instituto Teotônio Vilela, ministra do planejamento em 1993 e governadora do estado do RS em 2007 até 2010. Atualmente é deputada federal pelo PSDB, RS e presidente de honra do PSDB Mulher. (CRUSIUS, 2014; APÊNDICE H).

Yeda Rorato Crusius afirma que não abriu mão de projetos pessoais para participar da vida política, pois ele foi e é o seu projeto de vida. Além disso, sua profissão antes de exercer cargos na política representativa era em uma empresa de engenharia, sendo que também foi professora do Departamento de Economia da UFRGS e no ano de 1974 trabalhou como consultora de empresas. (CRUSIUS, 2014; APÊNDICE H).

No ano de 1983 até 1986 foi coordenadora do curso de pós-graduação em economia da UFRGS e dois anos depois em 1988 a deputada foi contratada pela RBS e começou a trabalhar como comentarista da área econômica. Após isso, em 1989 até 1990 a deputada foi vice-diretora da Faculdade de Economia da UFRGS e posteriormente no ano de 1991 a 1992 assumiu o cargo de diretora. (CRUSIUS, 2014; APÊNDICE H).

Seu envolvimento político partidário se iniciou na fundação do PSDB, onde se sentiu motivada pelo estatuto e propostas de seus fundadores. Com isso, nasceu opção pela vida pública e logo depois veio o convite do presidente Itamar Franco para a deputada ser sua ministra do planejamento. (CRUSIUS, 2014; APÊNDICE H).

Sobre as dificuldades que a deputada enfrentou em sua trajetória acadêmica, pessoal e no período das campanhas, ela descreve ter passado pelos desafios normais da vida. Já os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política, a deputada esclarece que os partidos não são democráticos no tratamento dado a suas filiadas internamente. Assim como, as mulheres vocacionadas não recebem o mesmo

apoio dado aos candidatos homens, o que as levam a fazerem sozinhas as suas campanhas. (APÊNDICE H).

Seus incentivadores são a sua família e os líderes Mário Covas e Franco Montoro, que foram influentes em sua decisão de optar pela vida pública. Já em relação ao fundo partidário, a deputada explica que o financiamento segue conforme a direção do partido. (CRUSIUS, 2014; APÊNDICE H).

A deputada também percebe diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais e agendas legislativas. Além do mais, considera necessária a presença da mulher na política partidária, pois elas fazem diferença no meio político. (APÊNDICE H).

Ademais, a deputada concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres, no que diz respeito as tarefas domésticas, por este motivo trabalha em casa, nos afazeres. (APÊNDICE H).

Por fim, a deputada acha que é possível atingir a igualdade de gênero com uma política ativa e declara já ter sofrido retaliação ou preconceito no meio político. (APÊNDICE H).

2.9 Histórico da Deputada Flora Izabel Nobre Rodrigues (PT) – Estado do Piauí

Flora Izabel Nobre Rodrigues, eleita deputada estadual em 2002 e 2006, nascida em Teresina, PI, no dia 29 de novembro de 1962, é graduada em economia e letras pela UFPI, com especialização em políticas públicas e concursada pelo Ministério da Agricultura. (APÊNDICE I).

É casada com Sandro Borges Alves, possui três filhos, Venâncio Neto, Juliana e Izabela. A deputada é filha de José Rodrigues Alves, ex-comandante geral da PMEPI, e de Clésia Batista Nobre Rodrigues Alves. (APÊNDICE I).

Sua trajetória começou como presidente dos CA's de economia e letras da UFPI, militando no movimento de direitos humanos em Teresina, PI. Também ajudou a fundar o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no PI, do qual foi a primeira presidente. (APÊNDICE I).

Além disso, Flora Izabel Nobre Rodrigues destaca que se tornou a primeira mulher no estado do PI candidata a deputada federal, surpreendendo a todos com mais de 20 mil votos. Elegeu-se vereadora de Teresina, PI, quando foi considerada a

parlamentar mais atuante, e em seguida chegou à Assembleia Legislativa como a deputada estadual mais votada da capital. (APÊNDICE I).

Diferente de outras mulheres que estão na vida política, Flora Izabel Nobre Rodrigues não teve um grande incentivador em sua carreira. Assim, toda a sua trajetória é oriunda da militância nos movimentos sociais e parcerias com os diversos segmentos sociais. (APÊNDICE I).

Seus motivadores são os movimentos sociais e as pessoas mais necessitadas, que procuram o gabinete da deputada diariamente em busca de políticas públicas e de ações de interesse coletivo. (APÊNDICE I).

A atuação da deputada ficou marcada no ano de 1998, quando conquistou o cargo de 1ª suplente de deputado. Em 1996 acabou sendo eleita vereadora de Teresina, PI, e reeleita em 2000. Posteriormente, no ano de 2004, a deputada foi candidata a prefeita de Teresina, PI, e suplente convocada para Assembleia Legislativa em 2010. (APÊNDICE I)

Quando questionada se abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política, a deputada afirma que não abriu mão de projetos pessoais, mas o tempo disponível para os filhos se tornou pouco. Com isso, eles foram criados pelos avós. (APÊNDICE I).

Ademais, Flora Izabel Nobre Rodrigues alega que decidiu ser uma representante do povo desde muito jovem, pois na UFPI já começou fazendo militância política e atuou nos movimentos de direitos humanos de igreja católica em Teresina, PI. Em seguida, o PT lhe convidou para ser candidata a deputada federal. (APÊNDICE I)

A deputada menciona ainda: “Decidi ser candidata mais para marcar posição. Mas tive uma quantidade de votos surpreendente a todos, mais de 20 mil votos. Com isso, tornei-me uma referência política no Piauí, principalmente para as mulheres. ” (APÊNDICE I).

Quando indagada de quais foram as dificuldades que enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal no período das campanhas, ela expõe que no momento que começou a militância política, existiam poucas mulheres, já que isso era uma atividade mais dos homens, e para dificultar ainda mais, a maioria das mulheres votavam nos homens, existindo assim, um preconceito de todos os lados, tanto por parte delas quanto dos homens, sendo que, as mulheres não votavam e não davam créditos às propostas e à capacidade delas mesmas. (APÊNDICE I).

A deputada acredita que este fato vinha da cultura machista, que por muitos anos se reproduziu em nossa sociedade, pois na época que se candidatou, era a única candidata mulher do partido. Da mesma forma, considera que houve certa ousadia em ser a primeira presidenta do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na década de 1980, ainda com a existência da ditadura militar. (APÊNDICE I).

Analisando os obstáculos enfrentados diariamente na política, entende que é difícil conciliar a vida política com a administração do lar. Conjuntamente, há outros impasses como: as limitações orçamentárias do próprio estado, do poder legislativo no que diz respeito às proposições, resistência aos projetos de leis e ao cumprimento das normas, as grandes dimensões geográficas do estado e as inúmeras demandas existentes nos 224 municípios do Piauí. (APÊNDICE I).

Em relação ao fundo partidário, Flora Izabel Nobre Rodrigues discorreu o seguinte:

No geral dos partidos, observo que não existe transparência que todos queremos quanto à distribuição dos recursos do fundo partidário. O sentimento geral hoje em relação aos partidos e ao fundo, é o de que os candidatos homens ainda são os mais beneficiados. (APÊNDICE I).

Ainda, em relação a diferenciação entre homens e mulheres, no quesito matérias de pautas, bases sociais e agendas legislativas no âmbito intrapartidário, a deputada percebe que no caso das mulheres, há uma maior predominância em relação às temáticas sociais voltadas para os direitos humanos, direitos das mulheres, do público LGBT, dos negros, das pessoas com deficiências, das mulheres mais carentes e vítimas da violência doméstica. (APÊNDICE I).

Além disso, acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança. Diante disso, essas mulheres poderão apresentar projetos de leis e defender políticas públicas que beneficiem o dia a dia delas e demais mulheres. (APÊNDICE I).

Como exemplo, a deputada aponta o conhecimento sobre os direitos a licença maternidade, ingresso ao programa de habitação onde ficam as mulheres que sofrem violência doméstica, aplicação das leis as pessoas com deficiências, aquisição de empregos para mulheres vulneráveis. Ademais, políticas voltadas para a saúde da mulher, cirurgias reparadoras para as mulheres que sofreram danos físicos em razão da violência doméstica, e desenvolvimento de novas casas de abrigo. (APÊNDICE I).

No momento em que foi indagada sobre a importância da presença de mulheres na política partidária, a parlamentarista elucidou que:

A mulher ouve mais no momento de tomar uma decisão. É mais sensível às causas das pessoas com deficiências, aos idosos, pessoas com transtorno mental, aos projetos de moradia para as famílias, e pela garantia dos direitos das mulheres. (APÊNDICE I).

Inclusive, concordou com a divisão de tarefas entre homens e mulheres, em virtude de que, como as mães são as que ficam mais tempo com os filhos, elas devem educá-los para que possam cuidar dos afazeres de casa, e isso deve ser uma construção social que vem desde criança. (APÊNDICE I).

Em um trecho do questionamento, a deputada menciona que:

A mãe dizer para os filhos que lavar prato, roupas e limpar a casa não é só tarefa de mulheres, é muito importante. Assim, vamos ter pessoas muito mais respeitadas, companheiras e sabedoras dos seus direitos e deveres. (APÊNDICE I).

Relata ainda que colabora pouco em casa com os afazeres domésticos em função da intensa atividade política. Mas, sempre teve apoio nesta questão. (APÊNDICE I).

Sobre a igualdade de gênero, Flora Izabel Nobre Rodrigues, considera que é possível atingir por meio de uma construção que começa na família. Explica que não se deve separar afazeres domésticos entre homens e mulheres, tanto na família, como no trabalho, escola, espaços públicos, debates, seminários e palestras. (APÊNDICE I).

Flora Izabel Nobre Rodrigues afirma que a família tem um papel importante até na redução da criminalidade, do assédio moral e na compreensão sobre a redução da diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. (APÊNDICE I).

Além disso, defende que as escolas, os órgãos públicos e as empresas precisam intensificar os eventos que trabalhem as perspectivas da igualdade de gênero. O governo do Piauí é um exemplo nesta área por possuir as coordenadorias voltadas para igualdade de gênero, direitos humanos e políticas para mulheres. (APÊNDICE I).

Ao final do questionário, Flora Izabel Nobre Rodrigues é inquirida se já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político. Ela responde que isso pode ter acontecido. Mas, essa retaliação se passa de uma forma bem velada, não dando para notar claramente. (APÊNDICE I).

Ainda, deixa uma informação marcante no que diz respeito aos recursos:

É importante frisar que no PT, a Secretaria de Mulheres tem recursos próprios, mas não pode usar recursos na campanha das mulheres candidatas. Além disso, a distribuição do fundo partidário não chega a ser transparente à luz das mulheres candidatas. Considero isso um preconceito que afeta as políticas para as mulheres. (APÊNDICE I).

A respeito de uma possível mudança de cargo, Flora Izabel Nobre Rodrigues declarou que ela e sua equipe ainda não pararam para pensar sobre o fim do mandato, já que estão pleiteando a reeleição em 2018. No momento planejam a apresentação de novos projetos de leis e solicitações de obras sociais nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte, trânsito, saúde e infraestrutura, que vão beneficiar vários municípios e contribuir com o desenvolvimento do Piauí. (APÊNDICE I).

3 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo analisa os resultados obtidos em entrevista com oito deputadas e uma senadora sobre os fatores relacionados à baixa representatividade de mulheres na política partidária, bem como, apoio dos partidos, falta de recursos financeiros, importância da mídia na trajetória das mulheres que se candidatam e as já eleitas, percepções societárias (cultura, política e gênero) e interferência da bancada evangélica nas decisões referentes as causas das mulheres, tais como o aborto, igualdade salarial e inclusão das mulheres em cargos de autoridade.

As deputadas que participaram do estudo, assim como a senadora, são brancas, com curso superior e de família economicamente favorecida. Dentre elas a senadora Simone Nassar Tebet Rocha possui a influência do pai, Ramez Tebet, e a deputada Grazielle Salgado Machado a dos pais, Londres Machado e Ilda Salgado Machado, que já estavam envolvidos no meio político. A deputada Grazielle Salgado Machado menciona que reconhece que seu maior legado foi o trabalho deixado pelo seu pai em todo o estado do MS. A influência de Dione Marly Gandolfo Hashioka, baseia-se no marido que é ex-prefeito de Nova Andradina, MS. Ela afirma em diversos momentos da entrevista ter sido uma primeira-dama presente, o que lhe deu visibilidade na política

Já as deputadas Manuela Pinto Vieira D'Ávila, Stela Beatriz Farias Lopes, Maria do Rosário Nunes, Yeda Rorato Crusius e Flora Izabel Nobre Rodrigues, não mencionaram influência dos pais ou de outro familiar. Entretanto, relatam ter recebido apoio dos partidos políticos em função de suas trajetórias nos movimentos sociais. Por exemplo, Stela Beatriz Farias Lopes e Maria do Rosário Nunes participaram do movimento sindical de professores, Manuela Pinto Vieira D'Ávila desde jovem se filiou a UNE e ao PCdoB, a deputada Yeda Rorato Crusius, antes de ocupar o atual cargo, foi ministra de planejamento do governo de Itamar Franco, e Flora Izabel Nobre Rodrigues militou no movimento de direitos humanos em Teresina, PI e ajudou a fundar o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do mesmo estado.

Ademais, a deputada Liziane Bayer da Costa ganhou grande apoio dos fiéis da igreja em que é pastora, haja vista que, antes de ser deputada estadual, já atuava nos trabalhos da igreja. Portanto, como se pode observar, as ocupações e os trabalhos realizados por elas como odontóloga, ex-vereadora, ex-prefeita, ex-governadora, ex-deputada federal e entre outras, fizeram com que elas tivessem acesso à população

e pudessem criar carreira política, sendo com isso mais conhecidas do que outras candidatas.

Como tratado no primeiro capítulo, é visível que os partidos políticos influenciam na candidatura e posteriormente na conquista do cargo pretendido, pois todas as deputadas entrevistadas tiveram apoio dos mesmos. A deputada Stela Beatriz Farias Lopes, em uma das suas respostas deixa claro que o apoio político dentro e fora do partido são determinantes. Um dos fatores que viabilizam as campanhas é a credibilidade, pois como menciona a deputada Simone Nassar Tebet Rocha, as pessoas a conheciam, sabiam o que já tinha feito, tanto na prefeitura, como quando vice-governadora.

Outro exemplo de apoio do partido, foi o caso da deputada Maria do Rosário Nunes, que se organizava na juventude do partido que à época considerou ser relevante que alguém com o seu perfil, mulher, jovem e de origem popular, disputasse uma cadeira na Câmara Municipal.

A maioria das deputadas abriram mão de partes de suas vidas profissionais ou sonhos, como Simone Nassar Tebet Rocha, que era professora universitária, Grazielle Salgado Machado, que deixou de cursar medicina no quarto ano e de ser professora universitária, Dione Marly Gandolfo Hashioka, que estava reformando seu consultório para atuar na área de cirurgias de implante dentário, Manuela Pinto Vieira D'Ávila, que abriu mão de fazer mestrado e retardou o sonho de ter filhos e Stela Beatriz Farias Lopes, que ainda tem pretensões de fazer mestrado em psicologia e explorar a fotografia.

Somente Flora Izabel Nobre Rodrigues relatou ter aberto mão de cuidar mais dos filhos, segundo ela: “Não é bem que eu abri mãos de projeto pessoal, mas o tempo disponível para os filhos era pouco. Com isso, eles foram mais criados pelos avós”. Vê-se, portanto, que essas mulheres já estavam inseridas em posições “profissionais”, relativamente distantes das funções “do lar”, utilizando-se desse ideário como impulsionador político de suas carreiras na política partidária, como a esposa ou a filha de uma pessoa influente.

Sendo assim, foram poucas as deputadas que declararam não ter aberto mão de alguma carreira ou sonho. Neste caso são as deputadas Liziane Bayer da Costa, Maria do Rosário Nunes e Yeda Rorato Crusius. Maria do Rosário Nunes narra que:

Não abri mão. Fiz tudo. Mas tive que construir uma forma de viver não tradicional quanto aos papéis que culturalmente são desenhados como uma expectativa da mulher e mãe, na família. Compartilhei tudo que diz respeito à vida pessoal com o Eliezer: maternidade, paternidade, casa, bichos, sustento. E assim, conquistei um espaço para viver como mulher, várias possibilidades para as quais somos vetadas, como a representação política, o estudo, a relação com movimentos sociais. (APÊNDICE G).

Ou seja, as deputadas que não abriram mão de algum projeto de vida, alegam ter chegado a vida política já inseridas nos seus projetos. Conforme as respostas sobre o porquê da decisão de serem “representantes do povo”, é possível concluir que as deputadas têm um olhar mais voltado para questões sociais e pautas femininas, uma vez que, com a maior representatividade de mulheres na política partidária, é possível que elas criem políticas públicas direcionadas aos assuntos voltados as minorias ou de grupos marginalizados, ainda que frequentemente de forma abstrata.

Isto pode ser observado nas entrevistas, quando a deputada Grazielle Salgado Machado relata que tem percorrido o MS, reunindo mulheres, criando os “PR Mulher” e incentivando a participação delas. Ademais, a deputada Dione Marly Gandolfo Hashioka assume que pretende se candidatar, pois sente que sua região ficou carente de representatividade feminina, principalmente na representação do estado de MS. Em relação às causas desenvolvidas, a deputada Manuela Pinto Vieira D’Ávila cita que:

Entre meus principais projetos, estão o transporte para estudantes no valor de meia passagem nos sete dias da semana, meia entrada para todos os eventos culturais e garantia de creches para jovens mães. Defendi também as políticas públicas para orientar e dar apoio sobre a gravidez na adolescência. (APÊNDICE D).

Portanto, é notório que um de seus projetos envolve a luta feminina, pois trata da garantia de creches para as crianças com mães jovens e políticas públicas sobre gravidez, que é essencial para o atendimento dos adolescentes, pois sana dúvidas de mulheres em condições de vulnerabilidade, que não possuem acesso a essas informações.

Para complementar a afirmação de que as deputadas têm um olhar mais voltado para questões sociais e pautas femininas, no questionário da deputada Stela Beatriz Farias Lopes, a mesma dispõe que: “[...] não tenho pretensões maiores do que

reeleger o meu atual mandato, porque, como disse antes ainda há muito que precisa ser feito, em especial no que diz respeito às políticas públicas para mulheres [...]”.

Dessa maneira, é evidente que nosso cenário político necessita de mais políticas públicas voltadas às questões femininas e a inserção da mulher na política partidária, para que elas formulem e votem em projetos que realmente representem as mulheres.

Também, a deputada Liziane Bayer da Costa contribui para a representatividade das mulheres, com o programa “Mulheres que vencem na TV” e o desenvolvimento de trabalhos voltados às mulheres da igreja onde é pastora. Além do mais, uma de suas bandeiras é aumentar a participação da mulher na política partidária.

Ainda, a deputada Maria do Rosário Nunes afirma que foi defensora da paridade de gênero para a composição das direções do PT e de acordo com isso, menciona:

A representação institucional das mulheres não é um elemento menor, pois com mais mulheres no Parlamento este poderia ser um espaço privilegiado para tomarmos medidas importantes no sentido da promoção da igualdade de gênero. Tanto é que no último período as mulheres parlamentares contribuíram na construção de projetos fundamentais como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a revisão na legislação sobre o estupro, que ampliou o seu escopo colaborando assim com o enfrentamento à impunidade, entre tantas outras. Hoje, porém estamos inseridos na Legislatura mais conservadora do período democrático e mantemos uma participação bastante diminuta, e portanto, as dificuldades para tomarmos medidas que visem que atinjamos a igualdade são enormes. (APÊNDICE G).

Sendo assim, as mulheres que estão envolvidas na política partidária contribuem nas decisões e construção de projetos que tratam de igualdade de gênero. Por isso, é indispensável que tenha um maior número de mulheres neste âmbito.

Flora Izabel Nobre Rodrigues argumenta que com a mulher na política partidária há uma maior predominância em relação às temáticas sociais voltadas para os públicos LGBT, negros, pessoas com deficiência, em situações de vulnerabilidade e vítimas da violência doméstica.

Outro fator interessante que se pode filtrar das entrevistas é que a participação da mulher na política partidária foi relatada como sendo relevante para as mulheres serem mais autoconfiantes. Dessa forma, Grazielle Salgado Machado considera a presença da mulher na política partidária como:

Não só importante, mas fundamental, precisamos provocar nas mulheres esse desejo de participar da vida pública, pois a mulher tem um olhar e uma sensibilidade diferenciada dos homens e conseqüentemente conseguem fazer a política de uma forma mais humanizada e criteriosa. (APÊNDICE B).

A participação feminina na política partidária é de suma importância e as entrevistadas acreditam que as mulheres fazem a diferença neste âmbito. Tanto é que, a deputada Stela Beatriz Farias Lopes conta que as mulheres cotidianamente são desprezadas nos espaços sociais e a ocupação da mulher sem dúvida reforça um sentimento de empoderamento, e além disso relata não existir democracia plena sem a participação integral das mulheres.

É explícito que mulheres mais conservadoras se identificam melhor com a divisão de tarefa doméstica e as que estão à esquerda do espectro político: as últimas possuem maior consciência e se identificam mais com a divisão de trabalho entre homens e mulheres, uma vez que tem maior engajamento com reivindicações femininas. Um exemplo são as deputadas Maria do Rosário Nunes, Stela Beatriz Farias Lopes, Manuela Pinto Vieira D'Ávila, e Grazielle Salgado Machado, embora existam exceções como Flora Izabel Nobre Rodrigues.

De acordo com Simone Nassar Tebet Rocha, a diferença entre homens e mulheres não gera divisão, pois muitas vezes as divergências somam e são positivas para a boa política. E para Dione Marly Gandolfo Hashioka, a divisão sexual do trabalho não foi um prejudicador, mas um impulsionador da carreira.

Para a deputada Maria do Rosário Nunes:

A divisão entre esfera pública e privada que separou o trabalho produtivo, realizado pelos homens, do reprodutivo empreendido pelas mulheres, o doméstico do político, nos manteve relegadas aos trabalhos mais desvalorizados socialmente. Essa é a carga histórica que carregamos e que se faz presente até hoje quando passamos a ter o direito de atuar na esfera pública, sem deixarmos de ser quase que exclusivamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo. (APÊNDICE G).

Sendo assim, para a deputada a divisão entre o trabalho reprodutivo e produtivo faz com que as mulheres estejam na maioria das vezes ligadas aos trabalhos mais desvalorizados. Ainda, as nove entrevistadas não possuem tempo para os afazeres domésticos, mas sempre que surge um tempo, ajudam nas tarefas de casa, juntamente com os seus maridos e família.

Além do mais, dizem serem mais sensíveis com as pautas relacionadas as minorias, do que com a divisão de trabalho produtivo e reprodutivo. O papel de esposa e filha, comumente designados a uma posição subalterna da mulher na sociedade, são curiosamente manejados pelas políticas conservadoras para alavancarem sua carreira pública, não para fomentarem a vida privada segundo a separação de papéis de gênero.

A maioria das deputadas entrevistadas percebem diferenciação entre homens e mulheres no âmbito intrapartidário, em questões de pautas, agendas legislativas, entre outros como base social. No entanto, a deputada Liziane Bayer da Costa relata que não percebe esta diferenciação. Já Dione Marly Gandolfo Hashioka ressalta que sempre existem conversas que são deixadas para serem ditas na ausência das mulheres. E a deputada Stela Beatriz Farias Lopes destaca que:

Todos os partidos políticos, independente da matriz ideológica, ainda preservam uma relação de gênero desigual. Não apostam em formação de quadros femininos, muito menos feministas. Os partidos ainda refletem o senso comum da sociedade e estão longe de se constituírem na vanguarda social, neste e em outros temas. Não esqueçamos que nosso país e o RS em particular, são conservadores e resistentes à mudança. (APÊNDICE E).

Por este motivo, todas as deputadas acreditam que para se alcançar a igualdade de gênero é preciso uma transformação na educação, luta por parte de todas as mulheres ou mudança na cultura machista. Uma vez que, algumas deputadas de esquerda identificaram que a política partidária é mais masculinizada. Como se pode observar pela descrição de Stela Beatriz Farias Lopes:

Ainda que mais da metade da população seja de mulheres e tenha havido certos avanços pontuais, o ambiente político ainda é o mesmo do século 18, masculinizado, resistente a mudanças e preconceituoso. Então, a sub-representação feminina nos espaços de poder ainda é definidora de como se dão as relações políticas. Somado a isso, faço parte de um partido que não vem das classes dominantes e tradicionais e nunca foi muito bem visto pela sociedade brasileira, que em geral, é extremamente conservadora, deseducada principal. Não é à toa que este mesmo partido foi removido do comando do país por um golpe de Estado, recentemente, depois de uma ampla campanha, caracterizada especialmente pela misoginia e o machismo. (APÊNDICE E).

Diante disso, também há, dentre as mulheres entrevistadas, aquelas que perceberam machismo na política partidária no momento de concorrer a um cargo. De acordo com a experiência de Flora Izabel Nobre Rodrigues, por exemplo:

Quando comecei a militância política, existiam poucas mulheres na política. Isso era uma atividade mais dos homens. Então houve muitas dificuldades. As mulheres votavam nos homens. Existia preconceito de todos os lados, tanto por parte das mulheres quanto por parte dos homens. As próprias mulheres não votavam e não davam créditos às propostas e à capacidade das mulheres. Isso vinha da cultura machista de muitos anos na sociedade. Na época que fui candidata a deputada federal eu era a única candidata mulher do partido e, talvez, no âmbito geral. Houve certa ousadia em ser a primeira presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na década de 1980, ainda com a existência da ditadura militar. (APÊNDICE I).

Mediante o exposto, pode-se dizer que a maior parte das deputadas já sofreram com o machismo e conservadorismo no meio político. A deputada Maria do Rosário Nunes relata que a atual legislatura é a mais conservadora do período democrático e que ser deputada neste contexto é atuar em um ambiente hostil, o qual há desrespeito dos parlamentares com as mulheres, e estes buscam interditar a participação feminina, por vezes até caçam as falas delas. Ainda, a deputada diz que o machismo se faz presente quando o que as mulheres dizem é desconsiderado ou diminuído por meio de piadas, sendo elas submetidas à humilhação pública.

Inclusive, cinco das oito deputadas e uma senadora relatam já terem sofrido alguma retaliação ou preconceito no meio político. Dentre elas está a deputada Maria do Rosário Nunes, que conta sofrer ataques nitidamente machistas, nas ruas, nas redes sociais e dentro da Câmara dos Deputados. Também diz que a política ainda é um espaço extremamente masculino e vivemos em uma sociedade patriarcal, em que os ataques deferidos contra as mulheres são distintos daqueles que são destinados aos homens. A deputada Manuela Pinto Vieira D'Ávila confirma a afirmação de Maria do Rosário Nunes e expõe que:

Tenho 13 anos de mandato. Ocupei mandatos em todos os níveis, municipal, federal e, agora, estadual. Existe muito preconceito contra as mulheres, eu assumi a vida pública muito jovem. Então sim, sofri muito preconceito e retaliações. (APÊNDICE G).

Já as outras deputadas como Simone Nassar Tebet Rocha, Grazielle Salgado Machado, Dione Marly Gandolfo Hashioka e Liziane Bayer da Costa declararam não

terem sofrido preconceito no meio político. Simone Nassar Tebet Rocha afirma ter trabalhado duro e com muita responsabilidade, por isso acredita que as pessoas a respeitam e por este motivo não agem com preconceito.

Em relação aos recursos das campanhas, a deputada Flora Izabel Nobre Rodrigues foi bem enfática em relação à distribuição de recursos a partir do fundo partidário:

No PT, a Secretaria de Mulheres tem recursos próprios, mas não pode usar recursos na campanha das mulheres candidatas. Além disso, a distribuição do fundo partidário não chega a ser transparente à luz das mulheres candidatas. Considero isso um preconceito que afeta as políticas para as mulheres. (APÊNDICE I).

Não somente, a deputada alega que na maioria dos partidos, observa que não existe transparência quanto às distribuições dos recursos do fundo partidário e que os candidatos homens ainda são os mais beneficiados, o que demonstra a desigualdade de gênero no momento de distribuição do fundo partidário.

Já na entrevista da deputada Dione Marly Gandolfo Hashioka, pode-se identificar que 5% do fundo partidário é dedicado às mulheres no partido e, a deputada Stela Beatriz Farias Lopes conta que quem já tem mandato e é candidato a reeleição tem certa preferência na distribuição dos recursos.

Na resposta da deputada Maria do Rosário Nunes em relação ao fundo partidário, observa-se que há um problema na distribuição de recursos da política partidária que antecede a questão de gênero, que é a falta de transparência das finanças e da gestão compartilhada dos recursos.

Além disso, Maria do Rosário Nunes menciona:

No meu caso, especificamente, por já ser parlamentar creio que recebi um relevante apoio financeiro do partido nas últimas eleições, muito em função do fato de que minhas candidaturas apresentavam chances reais de reeleição. Contudo, recebi menos do que outros candidatos na mesma condição, ou até com menos chances de serem eleitos. Isso acontece por eu ser mulher? Talvez isso conte, mas no PT não é o fundamental, se dá mais pelo fato de eu não compor o grupo que há anos hegemôniza a direção do partido. (APÊNDICE G).

Conforme o exposto, pode-se levar em conta que alguns dos critérios para a distribuição segue conforme a direção do partido, e é exatamente o que a deputada Yeda Rorato Crusius também alega. A deputada Stela Beatriz Farias Lopes considera

que as campanhas sempre foram muito limitadas em termos de recursos financeiros. Portanto, as mulheres dependem do próprio esforço e dedicação da militância.

Paralelamente, a deputada Maria do Rosário Nunes, fala sobre a cota de 30% de candidaturas femininas, também tratada no primeiro capítulo. Para a deputada, no plano institucional é preciso reconhecer que as cotas de gênero não possuem investimentos reais e priorização das campanhas femininas, por isso não funcionam. Em vista disso, a deputada defende a reserva de cadeiras para as mulheres no legislativo, aliada a uma distribuição mais equânime dos recursos públicos de campanha.

O custo das eleições, a falta de fiscalização e transparência em relação aos recursos econômicos e o impedimento no acesso a propaganda eleitoral são fatores que dificultam o acesso às mulheres. A deputada Maria do Rosário Nunes menciona que os partidos detêm o monopólio da apresentação de candidaturas e definem a locação de recursos.

Ainda sobre a influência da mídia na candidatura e na vida das mulheres já eleitas, a deputada Manuela Pinto Vieira D'Ávila discorre que um dos obstáculos enfrentados por ela no âmbito da política é o grande controle que a sociedade exerce na vida das mulheres que são figuras públicas. Conforme descrevemos ao longo dessa pesquisa, a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres como corpos estranhos à vida pública, e a política partidária é uma delas. Certas imagens coletivas são realizadas sobre qual o papel e o lugar das mulheres

Salienta-se ainda que, na entrevista com a deputada Liziane Bayer da Costa, notou-se o predomínio de causas ligadas à igreja. Em uma das questões, a deputada responde que como pastora e mulher, viu que a igreja e a família precisavam ter representantes de Deus no meio político. Com isso, a deputada conta que seguindo os princípios cristãos, busca construir uma sociedade alicerçada nos valores espirituais, morais e éticos.

Desta forma, como tratado no primeiro capítulo, é latente a influência da igreja nas escolhas da deputada, uma vez que ela deixa claro que um de seus objetivos é a construção de uma sociedade embasada nas questões espirituais. No entanto, o estado em que vivemos é laico e decisões influenciadas em questões espirituais afetam os direitos dos indivíduos e acarretam em legislações somente com fundamentos cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca demonstrar a importância da representatividade das mulheres na política partidária e, para isso, foi realizada nove entrevistas, sendo duas com deputadas do MS e uma senadora do mesmo estado. Posteriormente, foram realizadas mais cinco entrevistas com deputadas do estado do RS e por fim, com uma deputada do Piauí. Nas entrevistas foram analisadas questões sobre financiamento de campanha, divisão sexual do trabalho, influência de partidos políticos e pessoas que contribuíram para o alcance do cargo de deputada e senadora, assim como a relevância das mulheres no âmbito da política partidária e suas contribuições para as questões sociais.

Buscou-se na literatura a importância das mulheres estarem presentes na política partidária, e através das análises sobre gênero, política e feminismo, pode-se chegar à conclusão de que as mulheres anseiam e precisam estar inseridas neste meio. Entretanto, o escasso apoio dos partidos políticos, a falta de vínculo com indivíduos conhecidos e uma diminuta influência dificulta o acesso das mesmas nos espaços de representação pública. Outro fator que dificulta a entrada das mulheres são as concessões de recursos de financiamento de campanha e divulgação na mídia que são escassos, assim como o poder que a mídia tem sobre as mulheres candidatas e eleitas, bem como a intervenção da bancada evangélica nas decisões que dizem respeito às causas relacionadas as mulheres.

A inserção da mulher na política partidária surgiu da luta pela emancipação, em uma sociedade em que o movimento feminista é constantemente estigmatizado, seja nas redes sociais, no trabalho, nas universidades ou na política partidária. A baixa representatividade da mulher na política partidária é um retrocesso da liderança feminina. Visto que, a política é um meio onde a mulher pode fazer-se ouvir e levantar questionamentos.

Como abordado no primeiro capítulo, se os meios de comunicação não fossem dominados somente por um grupo em específico, diversas candidatas teriam espaço para obter voz ativa e exercer a função o qual anseiam. Visto que, a população poderia ampliar o acesso às informações, tais como: conhecer a trajetória, planos, posicionamentos e influências das candidatas.

A utilização democrática dos meios de comunicação se faz importante, pois influenciam na construção de identidades culturais e as transmitem a população.

Sendo que, quando não há espaço para as minorias, o resultado é a desigualdade. É importante que lugares de decisões sejam compostos por pessoas com diferentes perspectivas sociais.

Além disso, o primeiro capítulo trata da disputa desigual entre os candidatos homens e mulheres, uma vez que no Brasil o sistema eleitoral é com lista aberta, havendo uma concorrência por tempo na televisão e na aquisição dos recursos de campanha. Ou seja, fica mais difícil uma mulher conseguir um financiamento ou divulgação que iguale aos dos homens. Um exemplo, são acontecimentos em cidades do Brasil, onde diversos partidos dizem que não há liderança feminina ou candidatas interessadas.

Ademais, tudo depende de como o partido distribui os recursos, o que é um problema, pois não se sabe como é este processo dentro do partido e de que modo é distribuído os recursos para as campanhas. Outra questão levantada é a interferência da bancada evangélica que as vezes não observa a real necessidade das mulheres, sendo que a política é um espaço importante para decisões de empoderamento das minorias sociais.

O gênero do candidato não é sozinho uma regra objetiva para limitação de votos na época de eleição, uma vez que seu impacto depende do apoio do partido, do meio em que vive, escolaridade, seus interesses e influências. Então, as variáveis devem ser analisadas também.

No segundo capítulo a presente monografia teve o propósito de demonstrar as respostas das deputadas e suas trajetórias até chegarem na política partidária, bem como o atual momento em que elas vivem.

O terceiro capítulo analisou os dados obtidos das entrevistas correlacionando a revisão de literatura com as respostas do questionário aplicado.

Esta pesquisa busca analisar o porquê das mulheres serem minoria na política partidária a partir da trajetória de vida das deputadas entrevistadas e suas experiências. O estudo sobre o tema amplia o conhecimento sobre a real participação das mulheres na política partidária e os obstáculos enfrentados para conseguir chegar ao posto desejado. Sem dúvida, uma maior presença feminina na política avançaria a formulação de políticas públicas e impactaria diretamente na questão do aborto, diferença salarial, reformulação do direito a licença maternidade e demais políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba: n 24, p. 193-215. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000100013&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- _____. Valores e desigualdade de gênero. Mediações entre participação política e representação democrática **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74247126008>> ISSN 1519-6089>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 69. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/05.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- AVELAR, Lúcia. Gênero e comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Estudos de População**. vol. 30 no.1 São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100017>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- BASSUMA, Luiz; MARTINI, Miguel. **Projeto de Lei nº 478/2007**. Estatuto do Nascituro. Câmara dos Deputados. 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/busca/?q=estatuto+nascituro>>. Acesso em: jun. 2017.
- BLUME, Bruno. Financiamento privado de campanhas eleitorais: como funciona? **Politize**. 2015. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/financiamento-privado-de-campanhas/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. vol. 26, p.329-365, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 01 jan. 2018.
- CERVI, Emerson Urizzi. Financiamento Político e eleitoral no Brasil: das abordagens acadêmicas às aplicações práticas, o papel do dinheiro na democracia representativa. In: BONIFÁCIO, Robert; CASALECCHI, Gabriel; DE DEUS, Cleber. (Orgs.). **O voto para presidente no Brasil: 1989 a 2010: condicionantes e fatores explicativos**. Teresina: Edufpi. v. 1, p. 53-92. 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**. p.171-189. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- CRUSIUS, Yeda Rorato. **Coragem e determinação: um infinito ainda por fazer**. Porto Alegre: AGE. 2014. Disponível em: <<http://yedacrusius.com.br/livro-coragem-e-determinacao-um-infinito-ainda-por-fazer/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal.** 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo. 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16946/1/Bruna%20Suruagy%20do%20Amaral%20Dantas.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis. vol. 14, n. 2, p. 347-362. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200002>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

FREITAS, Ailton de. Marco Feliciano diz que direitos das mulheres atingem a família, **O Globo.** 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/marco-feliciano-diz-que-direitos-dasmulheres-atingem-familia-7889259#ixzz2XQYERmhw>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

GOMBATA, Marsílea. ‘Bolsa estupro’: quando a vítima se torna criminosa. 53% do total de eleitores do Brasil. **Revista Carta Capital.** São Paulo, SP. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/2018bolsa-estupro2019-e-risco-de-transformar-vitima-em-criminosa-1925.html>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Mulheres representam 53% do total de eleitores do Brasil.** Brasília, DF. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-representam-53-do-total-de-eleitores-do-brasil>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MALCOLM, Ellen R. **Emily’s List.** [s/l]. 2017. Disponível em: <<https://www.emilyslist.org/>>. Acesso em 25 jun. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais.** Editora FGV. 5ª ed., 2004. Disponível em: <<https://profcesarmaia.files.wordpress.com/2013/08/sistemas-eleitorais-jairo-nicolau.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

ONU MULHER. **Mapa Mundial de Mulheres na Política, um retrato de janeiro de 2017.** Brasília,DF. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

PARTIDOS políticos são denunciados no ES por tempo de propaganda insuficiente a mulheres. **PORTAL G1.** Vitória ES. 2017. Disponível em:<<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/partidos-politicos-sao-denunciados-no-es-por-tempo-de-propaganda-insuficiente-a-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PASTOR Marco Feliciano Volta à Comissão De Direitos Humanos e Minorias Como Vice, Diz Wyllys. **GOSPEL+.** 2015. Disponível em:

<<https://noticias.gospelmais.com.br/feliciano-volta-comissao-direitos-humanos-vice-74899.html>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

PEIXOTO, Clarice. Mulheres no poder: baixa representatividade compromete a democracia. **Catarinas**. 2016. Disponível em: <<http://catarinas.info/mulheres-no-poder-baixa-representatividade-compromete-democracia/>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

RULE, Wilma; ZIMMERMAN, Joseph Francis. **Electoral systems in comparative perspective: Their impact on women and minorities**. Greenwood Publishing Group. 1994.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**. v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa. Cotas de Gênero na Política: entre a história, as urnas e o parlamento. **Revista Gênero & Direito**. v. 4, n. 3. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/viewFile/25973/14453>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SCHOEMBAKLA, Bruna. O Estado laico e a Bancada Evangélica: as problemáticas dentre dessa controvérsia. **Jusbrasil**. São Paulo, SP. 2015. Disponível em: <<https://brunaschoembakla1.jusbrasil.com.br/artigos/175933162/o-estado-laico-e-a-bancada-evangelica>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

SCHUCK, Elena de Oliveira. **As Políticas de Gênero no Brasil e o Enfrentamento da Bancada Religiosa no Poder Legislativo**. In: Fazendo Gênero. Florianópolis, SC. 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373336040_ARQUIVO_Schuck.FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SENADO FEDERAL. **Gráfico sobre a possível candidatura de uma mulher**. in: Mulheres na política. Pesquisa realizada pelo DataSenado. 2014. Procuradoria Especial da Mulher. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Mulheres na política**. Pesquisa realizada pelo DataSenado. Procuradoria Especial da Mulher. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. **PEC 134/2015**. Câmara dos Deputados. 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724716>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SIMILI, Ivana Guilherme. Mulher e Política: A Trajetória da Primeira- Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008. **Diálogos - Revista do**

Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. 2009. Disponível em:<<http://www.redalyc.org:9081/home.oa?cid=6016648>> . Acesso em: 25 jun. 2017.

THE INTERCEPT BRASIL. Bolsonaro faz discurso de ódio no Clube Hebraica. Rio de Janeiro, RJ, **Youtube.** 2017. (1 min. 05 s.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zSTdTjsio5g>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FUNDO Partidário. **Tribunal Superior Eleitoral.** Brasília, DF. 2017. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario>>. Acesso em: jul. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A – entrevista transcrita de Simone Nassar Tebet Rocha (PMDB)

Entrevistada: Simone Nassar Tebet Rocha

Entrevista realizada em 13 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

S. Simone Nassar Tebet Rocha, 47 anos de idade, bacharel em Direito, formei-me com medalha de honra ao mérito em direito na UFRJ e fiz mestrado em direito público na PUC-SP. Cor: branca.

Trajetória profissional e política: fui professora de direito por 12 anos. Trabalhei na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, como servidora concursada, onde atuei como consultora técnica jurídica entre 1995 e 1997. Em seguida, exerci cargo de diretora técnica legislativa, até 2001.

Fui eleita Deputada Estadual, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 2002, com 25.250 mil votos. Em 2004, fui eleita prefeita em Três Lagoas/MS, como a primeira mulher a governar a cidade, obtendo 66,72% dos 43.832 votos. Em 2008, fui reeleita com uma das maiores aceitações do Estado, atingindo 76% dos votos válidos. Em 2012 assumi o cargo de vice-governadora de Mato Grosso do Sul. E em 2015 assumi o mandato de Senadora da República, cargo ao qual fui eleita com 640.336 mil votos, o que corresponde a 52,61% do eleitorado de Mato Grosso do Sul. Cargo que ocupo desde então pelo PMDB.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

S. A vida política não foi algo planejado previamente. Aconteceu e eu encarei o desafio. Acredito que consigo conciliar meus interesses pessoais com a vida pública. Sou uma pessoa recatada, simples e muito família. Minha mãe nos educou com certo distanciamento da política. As pessoas é que provocavam meu pai para que eu me candidatasse. Sempre participei dos bastidores, das campanhas, até que cedi. Sou a filha mais velha de Ramez Tebet e fui a única da família de quatro irmãos que segui os passos do meu pai no Direito e na Política.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

S. Já respondi anteriormente. Professora universitária e servidora da Assembleia Legislativa de MS.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

S. Nós mulheres somos tão poucas na política. Acho que posso contribuir para melhorar o meu país, exercendo uma Política, com P maiúsculo. Defendendo o meu Estado, o desenvolvimento regional, as causas sociais.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

S. Felizmente não passei por dificuldades que tenham me marcado significativamente nem na vida acadêmica, nem na trajetória política. Acho que o fato de eu me valer de conhecimento jurídico e técnico contribuiu para que as pessoas me respeitassem.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

S. Estamos vivendo um momento de anomia. Anomia institucional. Estamos vendo um poder interferindo no outro. A classe política está sem credibilidade e este é um grande desafio. A população está descrente, decepcionada. Precisamos reagir. Separar o joio do trigo e mostrar para o povo que a política é importante. Que não há saída fora da democracia nem fora do que está determinado na nossa Constituição.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

S. Vários. O principal deles, claro, é meu pai: Ramez Tebet.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

S. A credibilidade. As pessoas me conheciam. Sabiam o que eu já tinha feito, tanto como prefeita de Três Lagoas/MS, quanto como vice-governadora. Em relação ao futuro, é prematuro falar sobre o assunto. Ainda tenho pouco mais de cinco anos de mandato de Senadora. Depois, vamos ver o que o futuro vai me reservar.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

S. Em relação a este assunto, acho que seria mais interessante questionar diretamente os dirigentes partidários.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

S. Sim. As mulheres têm o olhar mais voltado para as questões sociais, para a família, para a pauta feminina. Isso não significa que também não estejam perfeitamente aptas e capacitadas a falar de economia, infraestrutura e desenvolvimento. Acredito que a diferença entre homens e mulheres é positiva. No final, não gera divisão, pelo contrário. As visões divergentes, em muitas vezes somam e são positivas para a boa política.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

S. A participação de mulheres capacitadas na política é sempre bem-vinda e deve ser estimulada.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

S. Muito importante. Claro que fazem diferença. Como disse acima, visões diferentes de homens e mulheres muito mais somam que dividem.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

S. Acho que é uma tendência do mundo atual. As mulheres trabalham fora, os homens cuidam das crianças e vice-versa. No mercado de trabalho estamos vendo cada vez mais mulheres atuando em profissões que anos atrás eram majoritariamente masculinas. Da mesma forma que os homens também estão assumindo papéis que no século passado eram exclusivos das mulheres. Faz parte da evolução.

Claro que as mulheres ainda sofrem com salários mais baixos, dupla jornada, preconceito, violência doméstica e isso tem que ser combatido com veemência. Mas aos poucos, no seio familiar e na sociedade, determinados padrões estão sendo quebrados e as relações entre homens e mulheres estão se tornando mais igualitárias.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

S. No básico, sim. Mas não tenho muito tempo. A vida é corrida entre Brasília/DF e Campo Grande/MS. No meu tempo livre, procuro priorizar a convivência com minha família.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

S. Com muita luta, conscientização, educação e mudança na cultura machista. É difícil, mas não é impossível. Já conquistamos muito. O caminho, é certo, ainda é longo e precisa de muita perseverança para ser alcançado.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

S. Não. Sempre procurei trabalhar duro e com muita responsabilidade e segurança na minha atuação. Acho que isso fez com que as pessoas me respeitassem.

Apêndice B – entrevista transcrita de Grazielle Sagado Machado (PR)

Entrevistado (a): Grazielle Salgado Machado.

Realizada em 22 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

G. Sou Grazielle Salgado Machado, nascida no dia 12 de dezembro de 1980, em Campo Grande - MS, filha de Londres Machado e Ilda Salgado Machado, mãe de Giovanna e Gabriel. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda e pós-graduada em comunicação corporativa pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro.

Simultaneamente à atividade parlamentar fui empresária no ramo de comunicação como diretora da Revista Ímpar e da empresa Graff Gráfica e Editora e durante 3 anos conciliei também a função de professora universitária no corpo docente da Universidade Anhanguera Uniderp, tendo sido avaliada como a melhor professora da instituição, no ano de 2015.

Na política, comecei minha vida, elegendo-me vereadora de Campo Grande/MS, em 2004, com 6.273 votos. Fui reeleita como vereadora em 2008 e 2012 no município de Campo Grande/MS. Em 2014, tive meu passaporte para a Assembleia Legislativa tornando-me a mulher mais votada na história de Mato Grosso do Sul, com 39.374 votos.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

G. A política sempre fez parte da minha vida, cresci vendo meu pai e minha mãe fazerem política, tendo que se desdobrar para participar das sessões em Cuiabá, capital do Mato Grosso Uno, então vivi a política desde meu nascimento e já muito cedo quis fazer parte dela, mesmo sabendo que para viver a política, você tem que

abrir mão dos seus sonhos, dos seus projetos e muitas vezes da vida pessoal. Cheguei a cursar Medicina por quatro anos, mas abri mão do sonho de ser médica, para me dedicar àquilo que entendi ser minha vocação nata. Em 2016 tive que abrir mão de uma outra paixão, ser professora universitária.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

G. Quando deixei o Curso de Medicina, vim para Campo Grande/MS e comecei a coordenar as campanhas políticas do meu pai, principalmente a parte de publicidade e marketing, uma das minhas grandes paixões. Então antes de me candidatar a vereadora por Campo Grande/MS, trabalhei numa revista local e criei a Revista Impar, a qual dirigi por 10 anos juntamente com uma gráfica. Após me eleger deputada suspendi a edição da Revista já que agora me ausento de Campo Grande/MS, semanalmente. Também sou mãe de duas crianças, e as vezes saia da revista as 23 horas. Então foi ficando difícil conciliar meu tempo, e ser mãe sempre foi um sonho do qual jamais abriria mão.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

G. Como disse no início, cresci vendo meus pais lutando pelo nosso estado e pelas pessoas que aqui vivem. A política era o assunto de casa, tudo sempre girou em torno disso, que passou a ser parte da minha formação. Eu participava de cada luta, de cada vitória, então não foi bem uma decisão, era algo que já estava em mim, no meu cérebro, nas minhas veias, digamos no meu DNA.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

G. Sempre fui uma estudante dedicada, mas claro que em alguns momentos tive que contar com a compreensão dos professores e dos colegas, porém, nunca deixei de participar de trabalhos, provas ou quaisquer outras exigências acadêmicas.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

G. Inicialmente temos que destacar a dificuldade em fazer um mandato representativo e republicano, tentando ouvir a maior quantidade de pessoas possíveis para atender a demanda não só dos que votaram em mim, mas também de toda a população sul-mato-grossense. Fora os desafios do mandato em si, é importante ressaltar que o cenário político atual não é favorável, pois enfrentamos uma criminalização da política onde uma maioria de pessoas veem a maioria dos seus representantes como pessoas de má-fé. Por fim, ainda precisamos conscientizar as pessoas sobre a verdadeira atribuição de um deputado estadual, que é legislar e

fiscalizar, tendo em vista que muitas pessoas ainda acham que somos parte do poder executivo, que é quem efetivamente tem o dever de realizar obras, e fazer chegar na população serviços públicos de qualidade.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

G. Sim, meus pais, meu pai Londres Machado teve onze mandatos consecutivos como Deputado Estadual de MS, minha mãe foi prefeita de Fátima do Sul/MS, por dois mandatos, fazendo um excelente trabalho, o que a conduziu novamente frente a prefeitura em 2016.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

G. Construí meu trabalho e minha imagem nos doze anos como vereadora por Campo Grande/MS, onde participei da Mesa Diretora ocupando a segunda vice-presidência da Câmara de Vereadores, a presidência da Comissão de Saúde e Assistência Social e membro da Comissão de Segurança Pública. Também fui eleita por unanimidade pelos colegas vereadores para ocupar a cadeira da primeira Secretária da Câmara, tendo a responsabilidade de administrar as finanças da Casa. Isso foi um grande aprendizado como legislar e continuar na vida pública. Mas tenho que reconhecer que o meu maior legado foi o trabalho deixado por meu pai em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Quanto a continuidade, o povo é quem vai decidir. Aprendi com meu pai que político não escolhe, político é escolhido.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

G. O Fundo Partidário é regido pela Lei Federal nº 9.096/95 e estabelece critérios de constituição e aplicação dos recursos provenientes das dotações orçamentárias da União, bem como de multas, penalidades e doações. O Fundo Partidário será distribuído ao partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. O art. 41-A da referida Lei, estabelece que do total do Fundo Partidário, 5% (cinco por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso a esses recursos e 95% (noventa e cinco por cento) serão distribuídos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

G. Percebo que as mulheres participam pouco da vida política pois esta exige tempo e dedicação, haja vista que entre os 24 deputados estaduais, apenas 3 são mulheres. Quanto a participação de base, temos percorrido o Mato Grosso do Sul, reunindo mulheres, criando os "PR Mulher" e incentivando a participação delas.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

G. Sim, o empoderamento da mulher é fundamental para que ela se sinta participante do processo, das decisões e dos destinos do nosso povo, isso com certeza reforça sua autoconfiança.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

G. Considero não só importante, mas fundamental, precisamos provocar nas mulheres esse desejo de participar da vida pública, pois a mulher tem um olhar e uma sensibilidade diferenciada dos homens e conseqüentemente conseguem fazer a política de uma forma mais humanizada e criteriosa.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

G. Sim, isso é prática comum na minha casa. Crio meus filhos com obrigações para que aprendam desde cedo que homens e mulheres são iguais e como tal, tem direitos e deveres.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

G. Sim, em algumas coisas, embora tenha assistentes em casa, mas como toda mulher, tem coisas que precisamos fazer e tem coisas que gosto de fazer, então eu e meu esposo vamos conciliando, principalmente quando estamos sem funcionários em casa.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

S. Acho difícil, porque a mulher sempre terá mais responsabilidades e tarefas no geral. No trabalho, assim como na política temos um longo e árduo caminho pela frente, mas longas caminhadas começam com pequenos passos e neste sentido estamos na jornada.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

G. Não, sempre tive o respeito e consideração dos meus colegas vereadores, deputados e da população.

Apêndice C – entrevista transcrita de Dione Marly Gandolfo Hashioka (PSDB)

Entrevistado (a): Dione Marly Gandolfo Hashioka.

Realizada em 23 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

D. Dione Marly Gandolfo Hashioka, 60 anos, cirurgiã dentista formada na Faculdade de Odontologia de Araçatuba (UNESP). Por atuar profissionalmente em um segmento de muita proximidade com a população, além de integrar clubes de serviços e movimentos da igreja e também por ter sido uma primeira-dama presente.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

D. Sim. No momento em que saí para a campanha eu estava reformando meu consultório para atuar na área de cirurgias de implante dentário e com a vitória, tive que abrir mão da profissão em que me dediquei por um período de 27 anos, para assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

D. Cirurgiã Dentista.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

D. Nunca tive pretensões políticas, mas aceitei o desafio, pensando em poder ajudar mais pessoas e ao Estado que escolhi para morar.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

D. Graças à Deus, pessoal e profissionalmente não tenho lembrança de dificuldades e sim desafios. Depois de formada, trabalhei por dois anos em um Hospital e Pronto Socorro Odontológico em Presidente Prudente - SP; me casei em 1981 e no mesmo ano vim para Nova Andradina - MS. Por onze anos viajei todos os dias para Batayporã/MS, onde era funcionária pública

estadual no Centro de Saúde, por um período. No outro, me dedicava a atendimentos particulares, em meu consultório. Com a possibilidade de Pedido de Demissão Voluntária (PDV) do Estado e minha aprovação no concurso de Nova Andradina (em nível municipal), passei a atender em uma unidade escolar, dando continuidade aos atendimentos particulares em meu consultório.

Quanto às dificuldades relacionadas às campanhas, enfrentar o microfone foi uma delas, além de participar de muitas reuniões e viagens aos municípios do Estado, o que se repetiu na campanha seguinte, mantida a correria.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

D. Os obstáculos são muitos, visto que meus dois mandatos foram exercidos no Legislativo e o poder de decisão não está em nossas mãos, porém me sinto realizada.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

D. Minha grande incentivadora e responsável por eu ter aceitado esse desafio foi a ex-senadora e ex-conselheira do Tribunal de Contas do Estado, Marisa Serrano.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

D. Creio que foram decisivos: a possibilidade de representação feminina no parlamento, até então não exercida por nenhuma representante de minha região, além do fato de ter sido uma primeira-dama presente, em um mandato exercido por meu esposo, que teve sua gestão reconhecida como referência, inclusive em nível estadual.

Quanto aos novos projetos, pretendo candidatar-me novamente à deputada estadual, cargo que por duas vezes exerci com muita dedicação. Mesmo abrindo mão de concorrer ao terceiro mandato nas últimas eleições, por motivos partidários e familiares e embora tenha me dedicado, por três anos, à Assessoria Especial do Governo do Estado, sinto que minha região ficou carente de representatividade, principalmente no Parlamento Estadual.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

D. O fundo partidário é utilizado para a manutenção do Diretório Estadual, para atender as demandas de encontros, formação e divulgação. Do total, 5% é destinado à Executiva Feminina do partido.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

D. Sim, sempre existem as conversas que são deixadas para serem ditas em nossa ausência.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

D. Sim, com certeza! As mulheres hoje já sabem que podem estar em qualquer lugar.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

D. Sim, as mulheres fazem a diferença na política, pois são comprometidas e dividem os desafios e conquistas. E ao buscar que os valores de liberdade e igualdade sejam garantidos através da política, as mulheres contribuem para o avanço das políticas públicas e em benefício da população. Assim, exercemos a cidadania em favor do coletivo.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

D. Sim.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

D. Com certeza. Tenho três casas para administrar e pegar no batente quando necessário.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

D. Quando nós mulheres educarmos nossos filhos para tal, pois a educação começa em casa e continua na escola, que também está precisando de uma nova metodologia de ensino para acompanhar os avanços.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

D. Não, felizmente.

Apêndice D – entrevista transcrita de Manuela Pinto Vieira D'Ávila (PCdoB)

Entrevistado (a): Manuela Pinto Vieira D'Ávila.

Realizada em 14 de agosto de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

M. Manuela Pinto Vieira D'Ávila, 36 anos, jornalista, branca, eleita deputada estadual pelo Rio Grande do Sul com 222. 436 votos, sendo a mais votada. Comecei no movimento estudantil aos 17 anos, depois me filiei ao PCdoB, concorri a vereadora, e integrei também a União Nacional de Estudantes (UNE).

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

M. Sempre temos que abrir mão de alguma coisa para participar da vida política. Abri mão de fazer meu mestrado, na época que me elegi vereadora, que era meu plano pessoal, abri mão de toda uma vida acadêmica que eu tinha programado para mim. Retardei meu plano de ter filhos também.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

M. Desde jovem sempre militei. Em 1999, me filiei à União Nacional dos Estudantes (UNE). No PCdoB, meu partido, ingressei em 2001 e, em 2013, fui eleita presidente estadual do partido. Além disso, fui bolsista de iniciação científica no CNPQ, 1º pela PROPESC na UFRGS em 1999, porque eu planejava seguir uma vida acadêmica.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

M. Meus pilares de atuação, quando ingressei na política, principalmente, era o tema da juventude. Com um mandato político, essa atuação teria um maior potencial de se concretizar, de fazer acontecer, já que, em 2004, quando ingressei na política como vereadora de Porto Alegre, essa era uma bandeira na qual não havia nenhum mandato direcionado para ela. Entre meus principais projetos, estão o transporte para estudantes no valor de meia passagem nos sete dias da semana, meia entrada para todos os eventos culturais e garantia de creches para as jovens mães. Defendi muito também as políticas públicas para orientar e dar apoio sobre a gravidez na

adolescência, uma vez que era e ainda é um tema de muita relevância, tanto em Porto Alegre como no âmbito nacional também.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

M. O peso sobre se tornar uma figura pública, pois transforma completamente a vida de uma pessoa.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

M. Além de ser muito jovem e mulher, como era o meu caso, havia, e ainda há, um grande controle que a sociedade exerce na vida das mulheres que são figuras públicas. Às vezes as coisas não acontecem no tempo que queremos, há ainda muita burocracia e muitos trâmites legais pelos quais os processos passam. Muitos atuam por interesses próprios, sem pensar no bem da população como um todo, e isso acaba prejudicando os trabalhos.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

M. Não, nunca tive. Sempre trilhei e segui meus próprios ideais.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

M. Não respondeu.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

M. Não responde.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

M. Não, o PCdoB é um partido que um dos princípios é a igualdade, e o tratamento é o mesmo para todos: homens, mulheres, gays, pobres, negros, enfim, o tratamento é equânime. O PCdoB é também o único partido presidido por uma mulher nacionalmente.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

M. Uma maior representatividade de mulheres na política é uma das principais bandeiras que sustento. Hoje, as mulheres são 52% da população brasileira, e 53%

do eleitorado. Mas na Câmara dos Deputados as mulheres são apenas 9%, e no Senado Federal, 14%. A representatividade das mulheres na política ainda é muito baixa. Então acredito que sim, para mim, quanto mais mulheres nos poderes públicos melhor.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

M. É de suma importância. Com certeza fazem a diferença, pois a representatividade é de mais da metade da população do país.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

M. Sim. Direitos e deveres iguais. Defendo muito isso em meu mandato. Desde pequenas, as crianças devem ser orientadas e educadas a respeito disso. Se queremos que homens e mulheres tenham equiparidade de salários e cargos nos locais de trabalho, também lutamos para que essa igualdade seja também levada em consideração nos trabalhos domésticos, por exemplo.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

M. Tenho o costume de fazer as tarefas domésticas. Na minha casa nós dividimos as responsabilidades, eu e meu marido cuidamos de toda a casa.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

M. O Brasil ainda é um país muito atrasado a respeito desse tema. Acredito que com muito diálogo, com políticas públicas, e também com a educação das crianças desde pequenas esse quadro possa reverter.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

M. Sim, muitos. Tenho 13 anos de mandato. Ocupei mandatos em todos os níveis, municipal, federal e, agora, estadual. Existe muito preconceito contra as mulheres, eu assumi a vida pública muito jovem. Então sim, sofri muito preconceito e retaliações.

Apêndice E – entrevista transcrita de Stela Beatriz Farias Lopes (PT)

Entrevistado (a): Stela Beatriz Farias Lopes.

Realizada em 17 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

SB. Stela Beatriz Farias Lopes, 52 anos, branca, licenciada em História e pós-graduada em Gestão Pública. Comecei minha militância através do trabalho das pastorais da Igreja Católica, que frequentava nos bairros e vilas mais pobres de Alvorada e Zona Norte de Porto Alegre. Depois conclui os estudos, fiz concurso e passei a dar aulas de História. Logo ingressei no 22º Núcleo do CPERS Sindicato e fui eleita para a direção. Em seguida, a pedido das minhas companheiras professoras, coloquei meu nome para concorrer e fui eleita a primeira vereadora do Partido dos Trabalhadores, em Alvorada. Exerci um mandato e na eleição seguinte, me candidatei a prefeita. Fui eleita e reeleita com expressiva votação. Da prefeitura, saí para me eleger deputada estadual. Fui reeleita e logo convidada para assumir a Secretaria da Administração e Recursos Humanos do Governo do Estado na gestão de Tarso Genro. Voltei para Assembleia Legislativa, depois de dois anos. Fui reeleita para o terceiro mandato como parlamentar. Na atual legislatura criei e fui a primeira procuradora da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa e fui a primeira mulher a assumir a liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

SB. Vários. Ao longo da minha trajetória conheci pessoas muito interessantes de diversas áreas e atividades, que me inspiraram e me provocaram. Ainda quero explorar, por exemplo, a fotografia, tenho pretensões de fazer o mestrado em Psicologia Social na UFRGS. Também quero muito aprofundar o conhecimento sobre os fitoterápicos.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

SB. Professora da rede pública.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

SB. Não foi bem uma decisão minha, individual apenas. Em geral ela partiu de coletivos dos quais fiz parte. Primeiro como professora no meu sindicato. Depois como vereadora, prefeita e deputada, a decisão sempre foi compartilhada e a indicação partiu dos grupos aos quais estava e estou associada. Neste caso, o Partido dos Trabalhadores e a minha corrente interna, a Esquerda Democrática.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

SB. As dificuldades comuns de quem é mulher, mãe e integrante da classe dos trabalhadores. Dividir o tempo entre a maternidade, as atividades do lar que ainda pesam exclusivamente sobre a mulher já é difícil, exercendo um cargo público, ainda mais. Então, isso gerou ausências, principalmente no acompanhamento no crescimento dos filhos. Tenho um casal adulto e um menino. O último, temporão, pude acompanhar mais de perto. Evidente que nos períodos de campanha, as dificuldades eram agravadas, pela urgência, pelo esforço para conseguir apoio. Nossas campanhas sempre foram muito limitadas em termos de recursos financeiros, dependendo muito do esforço e da dedicação da militância e mais ainda de quem era candidata.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

SB. Ainda que mais da metade da população seja de mulheres e tenha havido certos avanços pontuais, o ambiente político ainda é o mesmo do século 18, masculinizado, resistente a mudanças e preconceituoso. Então, a sub-representação feminina nos espaços de poder ainda é definidora de como se dão as relações políticas. Somado a isso, faço parte de um partido que não vem das classes dominantes e tradicionais e nunca foi muito bem visto pela sociedade brasileira, que em geral, é extremamente conservadora, deseducada principal. Não é à toa que este mesmo partido foi removido do comando do país por um golpe de Estado, recentemente, depois de uma ampla campanha, caracterizada especialmente pela misoginia e o machismo.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

SB. A minha primeira influência foi em casa. Minha mãe, Ignácia foi professora, sindicalista e me levava nos piquetes do Sindicato. Tenho especial lembrança da grande greve no governo Pedro Simon, quando acampamos na Praça da Matriz em Porto Alegre. Ela, sem dúvida, me inspirou muito e moldou meu caráter. Depois, o ex-deputado estadual Flavio Koutzii, responsável pela minha formação ideológica e política mais densa. Foi ele que me convenceu e apostou no meu nome para concorrer à prefeitura de Alvorada, mesmo quando tudo parecia dizer o contrário. Mas há outras fontes de inspiração, principalmente outras mulheres que me antecederam ou são contemporâneas na vida pública. Cada uma delas me inspira e lembra que a nossa tarefa é sempre necessária e urgente! Tenho muita admiração por exemplo, pelas lutadoras da Via Campesina e do MST.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

SB. O apoio político dentro e fora do partido são determinantes. Não tenho pretensões maiores do que reeleger o meu atual mandato, porque, como disse antes, ainda há muito que precisa ser feito, em especial no que diz respeito à políticas públicas para as mulheres. Talvez uma pretensão seja que ao deixar a vida pública, eu possa ter pavimentado o caminho para que outras companheiras ocupem meu lugar.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

SB. O Fundo é necessário e faz parte das conquistas da democracia e do nosso sistema eleitoral. Deveria ser a única fonte de recursos para partidos legalmente constituídos e com coeficiente nos parlamentos. Os critérios têm relação com o potencial eleitoral, quem já tem mandato e é candidato a reeleição tem certa preferência. Mas fundamentalmente tem relação com a representatividade. Quem advoga e critica o fundo partidário – que é dinheiro público – geralmente é quem defende o patrocínio privado das campanhas, uma das principais fontes de corrupção na política e de contaminação dos parlamentos por interesses particulares e privados.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

SB. Claro que sim. Todos os partidos políticos, independente da matriz ideológica, ainda preservam uma relação de gênero desigual. Não apostam em formação de quadros femininos, muito menos feministas. Os partidos ainda refletem o senso comum da sociedade e estão longe se constituírem na vanguarda social, neste e em outros temas. Não esqueçamos que nosso país e o RS em particular, são conservadores e resistentes às mudanças.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

SB. Sem dúvida. As mulheres são cotidianamente desprezadas nos espaços sociais, sejam eles espaços de poder ou não. Evidente que foram feitos avanços nos últimos 15 anos no país. Mas assim que a direita assume o poder, as primeiras

conquistas sacrificadas são aquelas conquistas pelas mulheres. O caso do RS é emblemático, o PMDB venceu a eleição e uma das primeiras medidas foi extinguir a Secretaria de Política para as Mulheres. Não precisou nem golpe de Estado com o ocorrido em 2016. A ocupação pelas mulheres sem dúvida reforça – pelo exemplo – um sentido de empoderamento, que acho que é maior até do que simples autoconfiança, que as mulheres sempre tiveram.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

SB. Não existe possibilidade de uma democracia plena sem a participação integral das mulheres. Estou falando de paridade em todas as instâncias. Algumas cidades do mundo, na França, no Canadá, já estão colocando em prática. Portanto, o mínimo que um partido político, como instrumento de disputa do Estado, seja qual for sua orientação ideológica, deve almejar é que seus quadros sejam divididos igualmente entre homens e mulheres. Nisso é que reside a diferença no meio político, é isso que ainda não aconteceu e nos deixa muito atrasados do ponto de vista do desenvolvimento humano integral.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

SB. As tarefas devem ser as mesmas para ambos. Até o conceito de divisão me parece desigual, como se fosse uma espécie de favor. Como aquela expressão machistas “eu ajudo em casa”. Como assim ajuda? Quer dizer que a responsabilidade principal é da mulher e o homem... ajuda?

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

SB. Quando estou em casa, sim. Em especial nos fins de semana, quando tenho mais tempo, gosto principalmente de cozinhar para nós.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

SB. Não respondido.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

SB. Não respondido.

Apêndice F – entrevista transcrita de Liziane Bayer da Costa (PSB)

Entrevistado (a): Liziane Bayer da Costa.

Realizada em 17 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

L. Liziane Bayer da Costa, 36 anos, formação acadêmica: Estudante de Gestão Pública. Sou pastora da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) em Porto Alegre/RS, assumi meu primeiro mandato como deputada estadual no dia 31 de janeiro de 2015, eleita pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 29.121 votos em 326 municípios.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

L. Não, foi a partir dos meus projetos pessoais que cheguei a uma vida política.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

L. Sou pastora da IIGD e também sou uma das apresentadoras do programa Mulheres que Vencem na TV (exibido na TV Pampa – Todas as quintas das 7h às 8h30), antes de estar como deputada estadual já atuava nos trabalhos na igreja, principalmente voltados as mulheres, porém também auxiliava meu esposo, Pr. Daner Trindade nos congressos e reuniões que realizava pelo Brasil à frente da USEM – União dos Servos Empresários, o qual é líder nacional. Também trabalhei na área administrativa do grupo de televisão Rit, em Curitiba.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

L. Como pastora e mulher, vi que a igreja e a família precisavam ter representantes de Deus também no meio político. Com isso, seguindo os princípios cristãos, buscamos construir uma sociedade alicerçada nos valores espirituais, morais e éticos.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

L. São, principalmente, em administrar tantas funções já que não deixo de ser esposa, mãe, dona de casa, pastora e agora política.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

L. Mudar o sistema político que se instalou e conscientizar o povo, em geral, de que os critérios que vinham sendo adotados não são mais viáveis nos dias atuais.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

L. O que me incentiva é a confiança em mim depositada através de meus eleitores, e a expectativa que os mesmos têm, em relação ao meu trabalho.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

L. Um fator, é encontrar apoio e conquistar a confiança. O que almejo, é a reeleição ao cargo de deputada estadual.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

L. Como foi a primeira vez que concorri não sei qual foram os critérios, mas acredito que são necessários critérios igualitários entre todos.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

L. No âmbito intrapartidário, não.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

L. Ao meu ver, é uma questão emocional que precisa estar resolvida antes de ocupar qualquer cargo.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

L. Desde que assumi meu mandato na Assembleia Legislativa, uma das minhas bandeiras é aumentar a participação da mulher na política. Vejo que cada vez mais precisamos falar sobre a mulher, seja ela atuante nas mais diversas áreas possíveis. Precisamos ter representatividade política de mulheres, é nossa obrigação e dever de contribuir para isso. Vamos continuar falando sobre a mulher, até porque representamos a maioria da população brasileira.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

L. Sim, pois fui educada nesse formato dentro da minha família.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

L. Sim, realizo todos os afazeres.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

L. Com a participação maior das mulheres a partir das bases.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

L. Acredito que não, se sofri nem percebi, pois não sou muito ligada a isso.

Apêndice G – entrevista transcrita de Maria do Rosário Nunes (PT)

Entrevistado (a): Maria do Rosário Nunes.

Realizada em 29 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

MR. Maria do Rosário Nunes, 51 anos, pedagoga formada pela UFRGS, mestre em Educação e Violência Infantil e doutoranda em Ciência Política pela mesma universidade, branca. Iniciei minha atuação política ainda na adolescência, no movimento secundarista, e quando fui aprovada no concurso para professora, passei a militar no movimento sindical. Em ambos os casos buscava contribuir para a melhoria da educação, seja por meio da luta por vagas para todos, e do passe livre para os estudantes, seja pela valorização dos professores e professoras. Posteriormente fui eleita vereadora de Porto Alegre em 1993 pelo Partido Comunista do Brasil, me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual conquistei a reeleição em 1996 e onde milito até os dias de hoje.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

MR. Não abri mão. Fiz tudo. Mas tive que construir uma forma de viver não tradicional quanto aos papéis que culturalmente são desenhados como uma expectativa da mulher e mãe, na família. Compartilhei tudo que diz respeito à vida pessoal com o Eliezer: maternidade, paternidade, casa, bichos, sustento. E assim, conquistei um espaço para viver como mulher, várias possibilidades para as quais somos vetadas, como a representação política, o estudo, a relação com movimentos sociais.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

MR. Era professora da rede municipal de Porto Alegre.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

MR. A minha decisão individual foi de atuar politicamente, não de me candidatar. Tal como disse já me organizava em movimentos sociais, particularmente na área de educação, e me organizava na juventude do meu partido que à época

considerou que seria importante que alguém com meu perfil (mulher, jovem, de origem popular) disputasse uma cadeira na Câmara Municipal, e foi o que fizemos.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

MR. As dificuldades são inúmeras. Exerço uma função na qual o tempo é um recurso escasso e isso impacta a relação com a minha família e minha produtividade acadêmica. Durante parte da semana passo dias, noites e por vezes madrugadas na Câmara dos Deputados, nos demais dias, incluindo fins de semana e feriados, me dedico às agendas no Rio Grande do Sul, estado que tem 497 municípios dos quais obtive votos em mais de 450. Considerando a centralidade da relação constante com a base, preciso realizar inúmeras viagens ao longo do mandato, e não apenas no período eleitoral. Sem dúvidas que nas campanhas o trabalho é mais intenso sem folgas, mas a dificuldade de encontrar tempo para dar conta de outras esferas da vida é contínua.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

MR. Essa é uma pergunta muito ampla, razão pela qual, tal como na anterior, focarei em um aspecto: os obstáculos que enfrento na minha atuação na Câmara por ser mulher. A atual legislatura da Câmara dos Deputados é a mais conservadora do período democrático, ser deputada neste contexto é atuar em um ambiente hostil, no qual muitos parlamentares nos desrespeitam, buscam interditar nossa participação, e por vezes até mesmo caçam nossa fala.

O machismo se faz presente quando o que dizemos é desconsiderado ou diminuído por meio de piadas, e em uma série de atos cotidianos de que visam impor barreiras à nossa atuação política. É inaceitável, mas a verdade é que somos submetidas à humilhação pública somente por defendermos nossas ideias em mandatos que tem iguais prerrogativas constitucionais que são desrespeitadas.

Não por acaso foi apresentado o PL 349/15, que tipifica a violência político-eleitoral como agressões físicas, psicológicas e sexuais contra mulheres mandatárias ou ainda enquanto candidata, e define os atos de discriminação político-eleitoral contra as mulheres. Por óbvio que esses obstáculos não se limitam a essas paredes, estão presentes em diversas outras esferas da nossa atuação.

C. Você tem algum (a) grande incentivador(a) em sua carreira?

MR. Muitas pessoas me incentivam.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

MR. O custo das eleições está cada dia mais elevado, e o acesso a recursos, não apenas financeiros, mas também o de propaganda eleitoral, por exemplo, são cada vez mais determinantes. Felizmente o financiamento empresarial de campanha foi proibido, mas o regramento das doações de pessoas físicas e autofinanciamento elaborado pelo Congresso Nacional foi tão limitado que seguiu deixando ampla margem para o abuso do poder financeiro. Assim, certamente o apoio do partido, que agora acessará um fundo eleitoral, e a mobilização da nossa base de apoio, por meio de doações de valores baixos cuja escala foi viabilizada pela regulamentação dos crowdfunding, serão determinantes.

Estou focada na eleição que disputarei, que será a de deputada federal. Já fui candidata à prefeita de Porto Alegre, chefieei um ministério, mas por enquanto meu foco é na disputa que enfrentarei em 2018.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

MR. Posso dizer que neste ponto há um problema no PT que antecede a questão de gênero: a falta de transparência das finanças e da gestão compartilhada dos recursos. No meu caso, especificamente, por já ser parlamentar creio que recebi um relevante apoio financeiro do partido nas últimas eleições, muito em função do fato de que minhas candidaturas apresentavam chances reais de reeleição. Contudo, recebi menos do que outros candidatos na mesma condição, ou até com menos chances de serem eleitos. Isso acontece por eu ser mulher? Talvez isso conte, mas no PT não é o fundamental, se dá mais pelo fato de eu não compor o grupo que há anos hegemoniza a direção do partido.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

MR. No meu partido conquistamos recentemente a paridade de gênero na composição das direções, mas os espaços informais de poder seguem sendo hegemonizados pelos homens, tal como o núcleo duro dirigente. Para se ter uma ideia, em 37 anos de história, o PT está sendo presidido por uma mulher pela primeira vez,

e antes de Gleisi apenas duas mulheres disputaram o mais alto de comando partidário, eu e a ex-deputada federal Iriny Lopes. Apenas duas mulheres foram líderes de bancada na Câmara ao longo do mesmo período, situações que apontam como ainda temos dificuldades em afirmar mulheres em espaços de tomada de decisões.

Me parece, portanto, que no âmbito intrapartidário, não existe uma diferenciação significativa entre homens e mulheres nas bases, agendas, ou pautas, excetuando as questões de gênero, mais circunscritas às mulheres, e sim nos espaços ocupados.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

MR. Sim, sem dúvidas, razão pela qual fui defensora da paridade de gênero para a composição das direções no PT.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

MR. Muito importante. Esse é um passo fundamental no sentido do incremento a ocupação de espaços de representação pelas mulheres. Os partidos detêm o monopólio da apresentação de candidaturas, definem a alocação de recursos de campanhas, sem mulheres nos partidos, e mais precisamente nos espaços de direção dos partidos, dificilmente superaremos a vergonhosa posição que o Brasil ocupa no ranking de participação política das mulheres nos Parlamentos.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

MR. Sim, claro.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

MR. Tenho duas casas, uma na qual praticamente só durmo, que é a de Brasília, e outra em Porto Alegre, onde moro com minha filha e marido. Quando tenho tempo gosto de cozinhar para a minha família, mas a dinâmica da minha vida não me permite dar conta dos afazeres domésticos de maneira contínua.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

MR. Não atingiremos a igualdade por meio de medidas isoladas, pois esta é fruto uma série de fatores que, combinados, perfazem o quadro de profunda desigualdade em que nos encontramos em relação aos homens.

A divisão entre esfera pública e privada que separou o trabalho produtivo, realizado pelos homens, do reprodutivo empreendido pelas mulheres, o doméstico do político, nos manteve relegadas aos trabalhos mais desvalorizados socialmente. Essa

é a carga histórica que carregamos e que se faz presente até hoje quando passamos a ter o direito de atuar na esfera pública, sem deixarmos de ser quase que exclusivamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo.

Parte do nosso trabalho não é reconhecido, pois é visto como obrigação, sem que sequer seja necessária a remuneração, enquanto o no outro, somos por vezes desrespeitadas e na média recebemos menos do que os homens numa mesma função. Com isso temos mais tarefas, menos tempo, menores condições financeiras.

É, portanto, necessário o reconhecimento da função social da maternidade por meio de medidas de compartilhamento dessas tarefas que recaem quase que exclusivamente sobre as mulheres; que promovam a igualdade salarial; e também que contribuam para alterar a cultura, o que passa pela educação escolar. Certamente não é impedindo o debate sobre gênero que atingiremos a igualdade.

No plano institucional precisamos reconhecer que as cotas de gênero que asseguram apenas a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas, sem investimentos reais e priorização das campanhas femininas, infelizmente não funcionaram. Razão pela qual defendemos a reserva de cadeiras para as mulheres no legislativo, aliada a uma distribuição mais equânime dos recursos públicos de campanha.

A representação institucional das mulheres não é um elemento menor, pois com mais mulheres no Parlamento este poderia ser um espaço privilegiado para tomarmos medidas importantes no sentido da promoção da igualdade de gênero. Tanto é que no último período as mulheres parlamentares contribuíram na construção de projetos fundamentais como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a revisão na legislação sobre o estupro, que ampliou o seu escopo colaborando assim com o enfrentamento à impunidade, entre tantas outras. Hoje, porém estamos inseridos na Legislatura mais conservadora do período democrático e mantemos uma participação bastante diminuta, e portanto, as dificuldades para tomarmos medidas que visem que atinjamos a igualdade são enormes.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

MR. A política ainda é um espaço extremamente masculino e vivemos em uma sociedade patriarcal, em que os ataques desferidos contra nós são distintos daqueles que são destinados aos homens. Nas campanhas, e no dia a dia do mandato sofro ataques nitidamente machistas, nas ruas, nas redes e mesmo dentro da Câmara dos Deputados, e ousou dizer, eu, e quase todas as mulheres que aqui chegaram. Não fui

a primeira e, infelizmente, não fui a última. Só nesta legislatura, presenciei minhas companheiras Jandira Feghali, Moema Gramacho, Jô Moraes, Alice Portugal, e Vanessa Graziotin no Senado, passarem por situações similares, e antes destas tantas outras, como Cida Diogo, sofreram e sofrem com o machismo no exercício da função parlamentar. Em todos os casos as agressões destinadas a nós mobilizavam elementos sexistas para tentar nos diminuir.

Apêndice H – entrevista transcrita de Yeda Rorato Crusius (PSDB)

Entrevistado (a): Yeda Rorato Crusius.

Realizada em 28 de novembro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

Y. Acesse o meu site: <http://yedacrusius.com.br/biografia>, especialmente, <http://yedacrusius.com.br/livro-coragem-e-determinacao-um-infinito-ainda-por-fazer>.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

Y. Pelo contrário. Foi o meu projeto de vida.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

Y. Acesse o meu site: <http://yedacrusius.com.br/biografia> especialmente, <http://yedacrusius.com.br/livro-coragem-e-determinacao-um-infinito-ainda-por-fazer>.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

Y. Meu envolvimento político-partidário se iniciou na fundação do PSDB. Motivada, por seu estatuto, pelas propostas de seus fundadores, nasceu a minha opção pela vida pública, depois veio o convite do então presidente Itamar Franco, para ser sua Ministra do Planejamento.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

Y. Normais aos desafios.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

Y. Os partidos não são democráticos, no tratamento dado a suas filiadas internamente, e mulheres vocacionadas não recebem o mesmo apoio dado aos

candidatos homens, essencial para que se elejam. Muitas fazem campanha sozinhas. Ciente disso o Tribunal Eleitoral tem tomado medidas para mudar: respeito às cotas e identificação das candidatas laranja

C. Você tem algum (a) grande incentivador(a) em sua carreira?

Y. Minha família e os líderes, meus grandes mentores, decisivos em minha decisão de enveredar pela vida pública, que foram e ainda são Mário Covas e Franco Montoro.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

Y. Apenas respondeu que não almeja cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

Y. Segue conforme a direção do partido.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

Y. Sim.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

Y. Não respondido.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

Y. Sim.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

Y. Sim, tarefas domésticas.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

Y. Sim.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

Y. Com uma política ativa.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

Y. Sim.

Apêndice I – entrevista transcrita de Flora Izabel Nobre Rodrigues (PT)

Entrevistado (a): Flora Izabel Nobre Rodrigues.

Realizada em 16 de outubro de 2017.

Local: Via E-mail.

C. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco de sua trajetória e informações pessoais: nome completo, idade, formação acadêmica, raça e como chegou até a atual posição.

F. Nome completo: Flora Izabel Nobre Rodrigues, idade: 55 anos, formação acadêmica: curso superior em letras e economia e especialização em políticas públicas pela Universidade Federal do Piauí, raça: branca. Fui presidente dos Centros Acadêmicos (CAs) de Economia e Letras da Ufpi. Militei no movimento de direitos humanos em Teresina, sou funcionária pública concursada do Ministério da Agricultura, ajudei a fundar o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Piauí, do qual foi a primeira presidente. Fui a primeira mulher no Piauí candidata a deputada federal, surpreendendo com mais de 20 mil votos. Me elegi a vereadora de Teresina, quando fui considerada a parlamentar mais atuante; e em seguida, cheguei à Assembleia Legislativa como a deputada estadual mais votada na capital.

C. Você abriu mão de algum projeto pessoal para participar da vida política?

F. Não é bem que eu abri mãos de projeto pessoal, mas o tempo disponível para os filhos era pouco. Com isso, eles foram mais criados pelos avós.

C. Qual era a sua profissão antes de exercer cargos na política representativa?

F. Servidora Pública Federal concursada do Ministério da Agricultura.

C. Por que você decidiu ser uma representante do povo?

F. Comecei muito jovem fazendo militância política na Universidade Federal do Piauí como presidente do CA de Economia e do CA de Letras. Depois fui militante no Sindicato dos Servidores Público Federais como uma das fundadoras, do qual fui a primeira presidente. Militei também nos movimentos de Direitos Humanos de Igreja Católica em Teresina. Em seguida, o PT me convidou para ser candidata a deputada federal. Decidi ser candidata mais para marcar posição. Mas tive uma quantidade de votos surpreendente a todos, mais de 20 mil votos. Com isso, tornei-me uma referência política no Piauí, principalmente para as mulheres.

C. Quais as dificuldades que você enfrentou em sua trajetória acadêmica e pessoal, de forma geral, e no período das campanhas, em particular?

F. Quando comecei a militância política, existiam poucas mulheres na política. Isso era uma atividade mais dos homens. Então houve muitas dificuldades. As mulheres votavam nos homens. Existia preconceito de todos os lados, tanto por parte das mulheres quanto por parte dos homens. As próprias mulheres não votavam e não davam créditos às propostas e à capacidade das mulheres. Isso vinha da cultura machista de muitos anos na sociedade. Na época que fui candidata a deputada federal eu era a única candidata mulher do partido e, talvez, no âmbito geral. Houve certa ousadia em ser a primeira presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na década de 1980, ainda com a existência da ditadura militar.

C. Quais são os obstáculos enfrentados diariamente no âmbito da política?

F. Conciliar a vida política com a administração do lar é um dos obstáculos. Há outros obstáculos: As limitações orçamentárias do próprio Estado. As limitações do Poder Legislativo no que diz respeito às proposições, projetos de leis e ao cumprimento das leis. As grandes dimensões geográficas do Estado e as muitas demandas existentes nos 224 municípios do Piauí. Estes aspectos geram certos obstáculos na atuação parlamentar.

C. Você tem algum(a) grande incentivador(a) em sua carreira?

F. Diferente de outras mulheres que estão na vida política, eu não tenho marido e pai que possam transferir votos. Toda a nossa carreira é oriunda da militância nos movimentos sociais e parcerias com os mais diversos segmentos sociais. Os grandes incentivadores são os movimentos sociais e as pessoas mais necessitadas que procuram o nosso gabinete diariamente em busca de políticas públicas e de ações de interesse coletivo.

C. Quais foram os fatores determinantes para viabilizar a sua campanha nas pré-eleições e corridas eleitorais antes de sua eleição? Você almeja algum cargo maior ou outro cargo, após o fim do seu mandato? Como acha que viabilizaria esse projeto?

F. Ainda não paramos para pensar sobre o fim do mandato. Estamos pleiteando a reeleição em 2018. Vamos pensar sobre isso no futuro. No momento estamos planejando a apresentação de novos projetos de leis e solicitações de novas obras sociais nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte e trânsito, saúde e

infraestrutura que vão beneficiar vários municípios e contribuir com o desenvolvimento do Piauí.

C. Poderia nos dizer um pouco sobre o Fundo Partidário? Como é distribuído entre os(as) membros(as) do partido? Quais são os critérios objetivos e subjetivos para tal distribuição?

F. No geral dos partidos, observo que não existe transparência que todos queremos quanto à distribuição dos recursos do fundo partidário. O sentimento geral hoje em relação aos partidos e ao fundo é o de que os candidatos homens ainda são os mais beneficiados.

C. No âmbito intrapartidário, você percebe alguma diferenciação entre homens e mulheres em matérias de pautas, bases sociais, agendas legislativas e etc.?

F. Sim. No caso das mulheres, há uma maior predominância em relação às temáticas sociais voltadas para os direitos humanos, direitos das mulheres, do público LGBT, dos negros, das pessoas com deficiências, das mulheres mais carentes e das mulheres vítimas da violência doméstica.

C. Você acredita que a ocupação de mulheres na política partidária pode refletir em sua própria autoconfiança?

F. Com certeza. Ela poderá apresentar leis e projetos de leis e defender políticas públicas que beneficiam e que fazem parte do dia a dia das mulheres, a exemplo da licença-maternidade, da facilidade de acesso aos programas habitações por mulheres violência doméstica, as leis para pessoas com deficiência, empregos para mulheres, políticas voltadas para a saúde da mulher, cirurgias reparadoras para as mulheres sofreram danos físicos em função da violência doméstica, as casas abrigo.

C. Quão importante você considera a presença da mulher na política partidária? Mulheres fazem diferença no meio político?

F. As mulheres, pelo seu próprio perfil e pelo poder de gerar vida, são mais sensíveis na hora de tomar decisões. A mulher ouve mais no momento de tomar uma decisão. É mais sensível às causas das pessoas com deficiências, aos idosos, pessoas com transtorno mental, aos projetos de moradia para as famílias, e pela garantia dos direitos das mulheres.

C. Você concorda com a divisão de tarefas entre homens e mulheres?

F. Concordo plenamente. Acredito que as mães que são as que mais educam os filhos já devem educar seus filhos para que eles possam cuidar da casa, da

cozinha. Isso deve ser uma construção social que vem desde criança. A mãe dizer para os filhos que lavar prato, roupas, limpar a casas não é só tarefa de mulheres, mais dos homens também, é muito importante. Assim, vamos ter pessoas também muito mais respeitosas, companheiras e sabedoras dos seus direitos e deveres.

C. Você também trabalha em casa, nos afazeres domésticos?

F. Muito pouco por causa da atividade política que é intensa. Sempre tive apoio nesta questão tanto da família quanto de uma trabalhadora doméstica.

C. Como você acha que é possível atingir a igualdade de gênero?

F. Eu acho que naquela construção que começa na família (não separar afazeres domésticos entre homens e mulheres; isso, na família, no trabalho, passando pela escola, espaços públicos, debates, seminário, palestras). A família tem um papel importante até na redução da criminalidade, do assédio moral, e na redução da diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Além disso, as escolas, os órgãos públicos e as empresas precisam intensificar os eventos que trabalhem as perspectivas da igualdade de gênero. O Governo do Piauí é um exemplo nesta área por ter as coordenadorias voltadas para igualdade de gênero, direitos humanos e políticas para mulheres, além de adotar os setoriais de gênero nos diversos órgãos.

C. Já sofreu alguma retaliação ou preconceito no meio político?

F. Isso pode ter acontecido, principalmente quando a gente faz alguma denúncia, mas de uma forma bem velada, não dá para notar claramente. É importante frisar que no PT, a Secretaria de Mulheres tem recursos próprios, mas não pode usar recursos na campanha das mulheres candidatas. Além disso, a distribuição do fundo partidário não chega a ser transparente à luz das mulheres candidatas. Considero isso um preconceito que afeta as políticas para as mulheres.